

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JAEL SOLÍRIMAN DA SILVA KÜSTER

**LETRAMENTO ACADÊMICO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE TRABALHOS
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Bagé
2019**

JAEL SOLÍRIMAN DA SILVA KÜSTER

**LETRAMENTO ACADÊMICO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE TRABALHOS
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Ferreira Teixeira

**Bagé
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

K97s Küster, Jael da Silva

Letramento Acadêmico: Uma Perspectiva Bakhtiniana Para Análise De Trabalhos de Conclusão de Curso / Jael da Silva Küster – 2019.
41 páginas.

Orientadora: Isabel Cristina Ferreira Teixeira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, 2019.

1. Letramento. 2. Trabalho de Conclusão de Curso. 3. Enunciação. I. Isabel Cristina Ferreira Teixeira. II. Letramento Acadêmico: Uma Perspectiva Bakhtiniana Para Análise De Trabalhos de Conclusão de Curso.

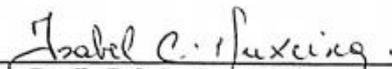
JAEL SOLÍRIMAN DA SILVA KÜSTER

**LETRAMENTO ACADÊMICO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE TRABALHOS
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

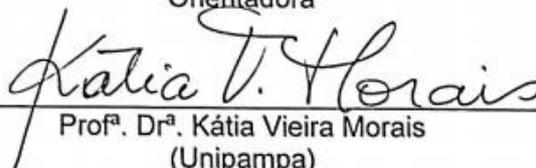
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca examinadora:



Profª. Drª. Isabel Cristina Ferreira Teixeira
Orientadora



Profª. Drª. Kátia Vieira Morais
(Unipampa)



Prof. Dr. Thiago Santos da Silva
(Unipampa)

À memória de meu pai, Adolfo
Küster. Em breve estaremos juntos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter dado a imensidão de fé que me sustentou até aqui.

À minha mãe, Cleide, por nunca ter desistido de mim.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Isabel Teixeira, por sua infinita compreensão e por, desde o começo, acreditar que eu era capaz. Não possuo palavras para lhe agradecer.

Ao meu namorado, Heverton, por suportar meus excessos, ausências e silêncios, por jamais ter soltado minha mão durante todos esses anos. Por ter acreditado mais em mim do que eu mesma, por saber que atrás de minha fortaleza existia um vidro frágil que precisava de muito mais cuidado do que parecia precisar.

Aos meus anjos, Márcia e Fabiana, por me ensinarem a ser tão grande quanto os meus sonhos. Vocês são os maiores presentes que levarei de toda essa jornada.

Ao meu querido parceiro de vida, Garcia, que secou muitas das minhas lágrimas com suas palavras de conforto, mostrando um mundo de possibilidades quando já me encontrava cega.

À minha segunda família, Inove, e junto dela: Bruna, Maurício, Leandra, Miquéli e Sandro por me incentivarem a concluir essa etapa, permitindo, aconselhando, motivando e, acima de tudo, colaborando veementemente com meu sucesso. Vocês me ensinaram a pensar diferente.

Por fim, a todos aqueles que, positiva ou negativamente, participaram da minha caminhada até aqui, ensinando de uma forma ou de outra que nada é tão nosso quanto os nossos sonhos. Meus sinceros agradecimentos.

“Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.”

Paulo Freire

RESUMO

Neste estudo, nós buscamos analisar de que modo o letramento acadêmico é apresentado em trabalhos de conclusão de curso em Letras – Um requisito do curso de Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé. Nós seguimos uma perspectiva enunciativa da linguagem, reportando-nos a Bakhtin (1988), a Soares (2006) e Rodrigues (2005) que apresentam categorias de análise que se mostraram aplicáveis ao objeto que estudamos, quais sejam, dimensão verbal e dimensão social do gênero. A metodologia do estudo compreende uma análise qualitativa, organizada em torno de recortes de TCCs analisados. Basicamente, investigamos as seções Introdução e a Análise e discussão de resultados. Dentre os principais achados, destacamos no que se refere à dimensão verbal, ora a continuidade, ora a descontinuidade de questões pontuais como a demarcação do discurso alheio, questões voltadas à coerência entre as partes e, também, à adequação da escrita ao gênero. No que se refere à dimensão social, situamos a questão da autoria. Nessa parte encontramos por um lado a uniformidade, que não significa a exclusividade de uma pessoa do discurso, mas a apresentação estável dessas pessoas do discurso; por outro a falta de definição, que neste estudo aponta para as dificuldades de letramento que não foram superadas durante a escrita do TCC. Os TCCs analisados evidenciam questões relacionadas ao letramento cuja solução ultrapassa a proposição de componentes específicos para estudo desse gênero, uma vez que o percurso curricular realizado pelos autores dos TCCs analisados foi semelhante, não obstante temos resultados bem diferentes. Os problemas persistem e certamente devem ser tema de trabalhos futuros.

Palavras-Chave: Letramento. Trabalho de conclusão de curso. Enunciação.

ABSTRACT

In this study, we analyzed in which ways academic literacy is present in the Liberal Arts capstone papers, a requirement of Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa (Liberal Arts – Portuguese Language and Portuguese Language Literatures) program at Universidade Federal do Pampa, campus Bagé. We follow an enunciative perspective of language, we refer to Bakhtin (1988), Soares (2006), and Rodrigues (2005) who present categories of analysis that are applicable to the object we study, namely, verbal and social dimension of the genre. The methodology of the study comprises of a qualitative analysis organized around sections of the analyzed papers. Basically, we investigate the introduction and the analysis and discussion of results sections. Among the main findings, in regard to the verbal dimension, we highlight sometimes the continuity and sometimes the discontinuity of specific issues such as the demarcation of other people's discourses, issues focused on the coherence between the parties and also on the adequacy to the genre. With regard to the social dimension, we point out the issue of authorship. In this part, on one hand, we found sometimes the uniformity, which does not mean the exclusivity of a person of speech, but the regular and constant presentation of these; on the other hand, the lack of definition, which, in this study, points to the difficulties of academic literacy that were not overcome during the writing process. The analyzed capstone papers highlight issues related to literacy whose solution may go beyond the proposition of specific courses to study of the genre, since the curricular path performed by the student-authors was similar, nonetheless we have quite different results. The issues persist and certainly should be a theme for future works.

Keywords: Academic Literacy. Capstone Paper. Enunciation.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	APONTAMENTOS SOBRE LETRAMENTO E ENUNCIÇÃO.....	14
2.1	Letramento, o que é isso?.....	14
2.2	Letramento e enunciação: em direção à análise de TCCs.....	16
2.2.1	Dimensão social e verbal, um olhar sobre a construção composicional.....	18
3.	METODOLOGIA.....	21
4.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
4.1	Dimensão social.....	22
4.2	Dimensão verbal.....	26
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	32
	ANEXOS.....	33
	Anexo A (Introdução e Discussão e Análise dos resultados TCC 01..	33
	Anexo B (Introdução e Discussão e Análise dos resultados TCC 02..	44
	Anexo C (Termos de consentimento).....	65

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho diz muito sobre minha trajetória acadêmica dentro do curso de Letras. Ao ingressar, tanto eu quanto meus colegas estávamos cheios de expectativas, de sonhos e projetos. Como exemplo, achávamos que as deficiências em língua portuguesa oriundas dos ensinamentos Fundamental e Médio seriam, de certa forma, sanadas pela aprendizagem da norma culta. Talvez esse pensamento venha à mente porque se trata de um curso de licenciatura e, principalmente, uma licenciatura em Letras. A ideia que temos é a de que vamos trabalhar a gramática, o que é “certo” e “errado” na língua. O tempo foi passando, fomos apresentados a novas teorias, concepções de linguagem, de sociedade e de mundo. A visão foi mudando. Começamos a nos enxergar como sujeitos de linguagem, mais críticos e reflexivos, atentando-nos às mudanças da língua e a sua função social na interação humana.

Todo esse processo foi muito importante nessa caminhada, entretanto não podemos fechar nossos olhos para certos problemas que se mantiveram. A maioria, incluindo a mim, infelizmente, tem problemas nos processos de leitura e escrita, apresentando dificuldades em desenvolver desde gêneros primários a gêneros secundários¹. Muitos não se envolveram no universo acadêmico como deviam, não tendo se apropriado das convenções de escrita que ele demanda e, como sabemos, a graduação dura um tempo determinado, não podemos voltar atrás.

A partir dessa trajetória, de vivência na graduação, resolvi que meu tema para produção do trabalho de conclusão de curso seria o letramento acadêmico. Desse modo, um questionamento se faz necessário: nós, acadêmicos, podemos dizer que desenvolvemos conhecimentos suficientes para as escritas que a universidade demanda?

A aprendizagem no ensino superior mobiliza muitas áreas do saber. Os sujeitos recém-ingressos nesse ensino são abruptamente inseridos num contexto subordinado a certas normas e convenções próprias, sendo uma dessas convenções a produção escrita. Gêneros discursivos como artigo científico, resenha crítica, ensaio e trabalho de conclusão de curso que são comuns na esfera

¹ Falaremos sobre gêneros primários e secundários mais adiante, na fundamentação teórica.

acadêmica, talvez nunca tenham sido vistos em outro momento pelo aluno. Os gêneros que circulam na universidade, como qualquer outro gênero, possuem características relativamente estáveis. Espera-se que ao longo da trajetória percorrida no curso, o sujeito se aproprie dos gêneros a ele propostos, demonstrando letramentos específicos para diferentes produções escritas. Pretendemos com esse estudo refletir sobre essa questão: o letramento em trabalhos de conclusão de curso de alunos de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na UNIPAMPA, campus Bagé.

Durante minha trajetória acadêmica, observei em meus colegas e em mim dificuldades nessa questão, dificuldades em satisfazer exigências de escrita relativa a diferentes gêneros, tanto primários quanto secundários. Minha expectativa inicial era a de que, ao longo do curso, certas dificuldades fossem sanadas ou ao menos amenizadas, mas, infelizmente, isso não ocorre como idealizamos. Trata-se de um processo. Nos semestres finais da graduação, os alunos de Letras, da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé/RS, devem escrever seu trabalho de conclusão de curso que tem como um de seus objetivos experimentar na prática elementos de uma teoria ou de algumas teorias afins. O problema que se coloca relaciona-se ao questionamento sobre o percurso desenvolvido pelo aluno até esse momento. As escritas solicitadas ao longo do curso encaminham para o artigo acadêmico e para o TCC? Ou é um gênero que se “aprende fazendo”? Quais são as inconsistências que ele apresenta?

A partir de uma análise preliminar, podemos supor que, ao final do curso, a escrita continua sendo um desafio, o letramento parece ser ainda inconsistente, ainda mais se forem consideradas as exigências do gênero em estudo: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Supomos também a incoerência quanto ao vocabulário utilizado, talvez devido ao conhecimento lacunar de várias teorias, o que pode implicar o uso de termos provenientes de diferentes aportes teóricos na hora de produzir um texto acadêmico.

Vemos então a necessidade de analisar o letramento acadêmico em Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Esse é o nosso objetivo geral. Como objetivos específicos, temos os de analisar aspectos da dimensão verbal e da dimensão social desse gênero, conforme propõe Rodrigues (2005).

Justificamos a escolha desse objeto porque entendemos que é muito importante que haja uma reflexão sobre como as relações de ensino-aprendizagem vêm sendo estabelecidas na academia. Não podemos cobrar proficiência em letramentos específicos dos gêneros requeridos na academia se não propusermos alternativas para ensiná-los, ainda mais quando tratamos de escritas mais complexas, como a do TCC. Por mais que haja a oferta de componentes/oficinas que tratam da escrita acadêmica, como Produção Acadêmico-científica, Oficina de textos, Tópicos de revisão textual e Tópicos de revisão gramatical, ao que parece, esses componentes não chegam a suprir as necessidades dos alunos. Talvez fosse necessário um trabalho sistemático sobre o letramento acadêmico. Entendemos que não existe, até este momento, um olhar minucioso para a escrita do gênero TCC. O aluno “aprende a fazer o TCC fazendo” e isso pode tornar essa tarefa bastante desafiadora. Essa experiência pode justificar algumas desistências do componente ou até mesmo alguma evasão do curso. Daí a necessidade de refletir sobre o letramento acadêmico nos TCCs do curso de Letras, observando essa escrita e seus percalços.

2 APONTAMENTOS SOBRE LETRAMENTO E ENUNCIÇÃO

Nesta parte, desenvolvemos conceitos considerados fundamentais para o objeto de análise de nossa pesquisa, os TCCs. Inicialmente, revisamos o conceito de letramento, enquanto uma apropriação da escrita produzida nas práticas sociais que a demandam; depois, apresentamos conceitos da teoria da enunciação. Primeiramente, gênero, dialogismo e enunciação, para chegarmos no que Rodrigues (2005) chama de dimensão social e dimensão verbal do gênero, categorias que integram a metodologia desta pesquisa.

2.1 Letramento, o que é isso?

Muito tem se debatido sobre os conceitos utilizados para classificar a apropriação da linguagem e sua utilização. Na introdução desse trabalho, citei a palavra letramento, sem apresentar seu conceito. Não podemos falar de letramento sem citar Magda Soares, autora que há décadas estuda e discorre sobre esse assunto. Quando essa é a questão, estamos diante da alfabetização e do letramento e, conseqüentemente, do que faz com que possamos nos considerar letrados em diferentes gêneros. Esses temas vêm sendo amplamente discutidos no cenário atual da educação brasileira. A autora também nos ensina que, até a década de 40, considerava-se alfabetizado aquele sujeito que conseguisse escrever e ler o seu próprio nome. Vemos que o processo de leitura e escrita sai de uma reprodução mecânica de sons, palavras e frases, para uma utilização da língua como prática social. Um sujeito consegue escrever um bilhete simples desde que seu conteúdo esteja de acordo com a prática social em que se insere. É justamente nesse aspecto que entra a principal diferença entre alfabetização e letramento: as práticas sociais, ou melhor, o uso da língua em diferentes práticas sociais. Somos seres sociais, língua e sociedade estabelecem uma estreita relação que mostra, dentre vários aspectos, o lugar social que ocupamos.

A diferença entre os conceitos de alfabetização e letramento é que, enquanto na alfabetização, há uma preocupação em ensinar o sujeito a ler e escrever sons, palavras e frases dissociadas de situações de uso; no letramento a aquisição da escrita ou as produções escritas, de uma maneira geral são pensadas em suas práticas. A escrita e a leitura, entendidas como letramento, levam vários aspectos

em consideração, tais como: quem fala? Para quem fala? Qual a esfera de circulação do enunciado proferido? Pensar em letramento significa entender os processos de aquisição da língua como prática social. Uma criança, que ainda não lê e não escreve pode ser considerada analfabeta, mas pode ser letrada em alguma medida, pois já brinca de escrever, estabelece diálogos, finge ler jornais e revistas. Essa criança já entendeu, mesmo que inconscientemente, o funcionamento da língua – e da escrita - enquanto uma prática social.

Soares (2006), baseando-se em Bakhtin (1997), explica, em **Letramento: um tema em três gêneros**, que “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.” (p. 10). Podemos compreender, a partir dessa observação, que existe um determinado padrão na organização dos gêneros. Essa organização que faz com que o sujeito o identifique e o utilize em uma situação social determinada é o que entendemos como relativa estabilidade. Expressamo-nos através de gêneros requeridos por situações distintas de interação.

A partir dessa perspectiva que leva em conta a esfera de utilização da língua, pensamos o letramento acadêmico. Dentro da própria produção textual acadêmica, é possível estabelecer os parâmetros da relativa estabilidade dos gêneros discursivos que permeiam o contexto sociocultural da universidade. Assim, o texto acadêmico-científico está sujeito aos seus próprios “limites de estabilidade”, necessitando inserir-se dentro deles para ser reconhecido como tal. A grande questão é que, ao longo do curso (especialmente de um voltado para a linguagem e seu entendimento), esses “limites” precisam ser definidos o mais claramente possível no entendimento dos alunos, pois, para realizar suas próprias produções, precisarão ser norteados por eles para que, ao final, o produto possa ser considerado uma produção científica.

Mas, então, o que se definiria por “Letramento”? E, além disso, como poderíamos aplicá-lo ao ambiente acadêmico para que seja possível uma melhor compreensão do que discutimos aqui? De acordo com Soares (2006), letramento é “(...) o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (p.18). Letramento, então, não tem a ver só com a aquisição da escrita, mas necessariamente com seu uso nas diferentes práticas sociais que a envolve.

Dentro dos muros da universidade, como foi explicado anteriormente, porém, ocorrem diferenças entre aquilo que se espera e o que se tem. Caso não seja adquirido nos anos iniciais, o conceito que Soares (2006) traz, precisa, em algum momento do curso, ser desenvolvido por aquele que deseja exercer a profissão docente um dia.

2.2 Letramento e enunciação: em direção à análise de TCCs

Este trabalho mobiliza alguns conceitos fundamentais de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, filósofo e pensador russo, pesquisador da linguagem humana e, também, precursor da linha teórica de estudos a serem desenvolvidos neste trabalho. A seguir, revisamos alguns conceitos do autor que aplicaremos nos textos em análise.

Antes da análise dos TCCs selecionados, entendemos ser importante elucidar a relação entre letramento e enunciação. Eles se relacionam porque pensam a linguagem nas diferentes situações de uso, nas práticas sociais que a demandam, na interação social. Nós, sujeitos sociais, dotados de linguagem, utilizamos a língua para nos comunicarmos, conosco, com o outro, com o mundo. A ideia de indivíduo, aqui, não é pertinente, pois somos seres de linguagem, sujeitos a ela, atravessados por discursos, oriundos do lugar social que ocupamos ou de outros. Somos sujeitos ideológicos, sociais e históricos que nas práticas sociais produzimos enunciados alinhados a diferentes esferas de comunicação.

Do enunciado, vamos ao gênero que, segundo Bakhtin, pode ser definido da seguinte forma:

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico (1997, p.284).

Como ensina o autor no excerto acima, os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciado, caracterizados por conteúdo temático, construção composicional e estilo. A seguir, caracterizaremos cada um desses elementos.

O conteúdo temático trata do sentido produzido no gênero em análise. Muito se confunde conteúdo temático com assunto, porém não são noções idênticas.

Podemos abordar vários assuntos dentro de um conteúdo temático. A exemplo, podemos citar um texto jornalístico sobre violência. Seu conteúdo temático seria violência, porém dentro desse tema pode-se salientar vários assuntos: violência urbana, doméstica, obstétrica.

A construção composicional refere-se a aspectos estruturais do texto. Já que os gêneros são formas relativamente estáveis de textos, cada gênero possui uma estrutura específica. A carta normalmente está situada em um tempo e é assinada por alguém; a fábula comumente tem uma moral; o texto jornalístico caracteriza-se por simular imparcialidade e assim por diante.

O estilo, por sua vez, conforme Fiorin (2016, p. 69), “é pois uma escolha de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa no enunciado”.

O objetivo de Bakhtin não era catalogar todos os possíveis gêneros do discurso, afinal, são infinitos e, ainda assim relativamente estáveis, ou seja, a historicidade, o tempo, o contexto de produção influenciam na construção de um gênero. Além disso, precisamos compreender em qual esfera de atuação circula cada gênero (FIORIN, 2016, p.70).

Bakhtin (1997) também distingue gêneros primários de secundários. Segundo ele, os primários são mais espontâneos, realizam-se no âmbito da comunicação cotidiana, predominantemente orais, e podem ocorrer na praça, na feira ou no ambiente de trabalho. Já os secundários são mais regrados, produzidos a partir de códigos culturais mais elaborados, como a escrita, de romances, reportagens, ensaios etc.

Ainda na **Estética da Criação Verbal**, o autor elucida:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear. A ideia simplificada que se faz da comunicação, e que é usada como fundamento lógico-psicológico da oração, leva a evocar a imagem desse Adão mítico (BAKHTIN, 1997. p.319).

De acordo com a concepção de linguagem de Bakhtin, os enunciados, além de serem dialógicos, são históricos. Nenhum sujeito fala algo novo, o sentido se constitui em um *continuum*, no tempo, além disso, todos os enunciados são atravessados por outros enunciados.

Se o enunciado é atravessado por outro, então chegamos ao que o filósofo russo chamou de dialógico. O dialogismo é o modo de ser da linguagem e refere-se às relações de sentido existentes entre dois enunciados. Todo discurso se constitui a partir do discurso do outro.

É muito importante ressaltar aqui que não são as unidades da língua que são dialógicas, mas sim, os enunciados. Como nos ensina Fiorin, (2016, p.23) “As unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação”.

A título explicativo, podemos analisar a oração “*Precisamos acabar com a corrupção*”. Esse enunciado, tão repetido no cenário brasileiro da atualidade, pode ser considerado uma frase, uma unidade da língua, se analisado fora de um contexto de uso. Porém, se for proferido em uma manifestação, por exemplo, em um contexto histórico específico, torna-se único e irrepetível, pois jamais esse enunciado será proferido em uma situação idêntica a outra que lhe seja anterior ou posterior. As unidades da língua são repetíveis; os enunciados, irrepetíveis, porque o tempo, a história não se repete. O enunciado é proferido em uma situação específica, ou melhor, em uma enunciação específica.

A enunciação é determinada pela situação social que a demanda. Flores e Teixeira (2009, p. 147) explicam a enunciação “como centro de referência do sentido dos fenômenos linguísticos, o evento que institui o sujeito na interação viva com vozes sociais. Isto é, a perspectiva bakhtiniana não concebe o estudo da língua a não ser na enunciação”. A enunciação pode ser compreendida então como o momento de produção do enunciado, como esse momento de interação entre vozes sociais. É nela que o sentido se constitui.

2.2.1 Dimensão social e verbal, um olhar sobre a construção composicional

Para finalizarmos essa revisão teórica, apresentamos o que Rodrigues (2005) chama de dimensão verbal e dimensão social, porque essas categorias serviram para a autora, no artigo *Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da*

linguagem: a abordagem de Bakhtin, analisar o discurso jornalístico. Ao estudarmos esse artigo, vimos, em primeiro lugar, alinhamento teórico compatível ao que pretendíamos para esse estudo. E, o mais importante, categorias aplicáveis também aos TCCs. Não é à toa, portanto, que aqui fazemos uma definição de ambas e que na metodologia, elas apareçam novamente como procedimento a ser adotado.

Alinhada à noção de dimensão social, Rodrigues (2005) traz a questão da autoria. No contexto do artigo da autora a esfera em evidência é a jornalística. Aqui tentamos olhar para a esfera acadêmica. E numa atitude de indagação tentaremos refletir sobre quem é o autor do TCC? Onde circula esse tipo de texto? Qual a finalidade da escrita desse texto? Quem os lê e avalia? Essa escrita é necessária?

O trabalho de conclusão de curso também é um gênero do discurso e possui algumas regularidades motivadas principalmente por seu meio de circulação e sua finalidade.

Na visão de Rodrigues (2005), a questão da autoria não se limita à pessoa que escreve, não basta olharmos o nome do autor na capa do trabalho. Temos que observar a posição ocupada pelo sujeito nesse gênero específico. Quem escreve um TCC, escreve-o para ser avaliado. Escreve influenciado pelo orientador, pela linha teórica, pela instituição de que faz parte. Daí a necessidade de observar os pronomes adotados ou outras palavras que apontem para a autoria, assim como o alinhamento teórico.

Coracini ensina que “no discurso científico, a liberdade e a possibilidade de criatividade do enunciador se acham limitadas por certas regras.” (CORACINI, 2007, p. 32). A autora, em 2007, já problematizava o discurso da ciência, na ocasião, predominantemente escrito em terceira pessoa. Problematizava também a ilusão de neutralidade produzida por esse procedimento. Para ela, a 3ª pessoa do discurso e a ideia de impessoalidade que ela produz seria um dos artifícios da ciência para reafirmar a ideia de idoneidade do texto, afastando o autor daquela escrita.

Atualmente, esse cenário vem mudando e em diversas áreas do conhecimento, no que diz respeito à autoria, entende-se que sua manifestação não atrapalha a qualidade da pesquisa e não compromete a idoneidade do pesquisador. Esse processo é gradual, mas já bem frequente nas ciências humanas. Exemplo disso é a escrita deste trabalho.

Os trabalhos de conclusão de curso são textos escritos para circularem dentro da academia ou, ao menos, para serem acessados por pessoas que circulam dentro

dela. Não veremos TCCs sendo vendidos em livrarias, portanto, desde sua produção inicial ele deve ser pensado a partir dessa circulação.

Alinhada à noção de dimensão verbal, Rodrigues (2005) analisa os enunciados em sua materialidade. Essa dimensão analisa escolhas de palavras, repetições, coerências, incoerências, estranhamentos, que materializam a adequação ou a inadequação ao gênero.

Sobre a construção do discurso na dimensão verbal, Rodrigues nos ensina que:

O processo de enquadramento do discurso do outro constrói-se pelo todo do artigo. Entretanto, há certos traços estilísticos-composicionais que marcam mais pontualmente essas diferentes estratégias de inter-ação do discurso do autor com o discurso já dito (RODRIGUES, 2005, p.176).

A dimensão verbal analisa então o enquadramento do texto a um gênero. O enquadramento é resultado do dialogismo, um enunciado significa em função de outros. Nesse sentido, Rodrigues (2005) destaca o papel das citações de outros discursos, analisando o funcionamento das aspas, que representam o discurso alheio e que podem eximir o autor da responsabilidade acerca da escrita do enunciado; os pronomes demonstrativos este, esta, isto, aquele, aquela, aquilo, que evitam a nomeação, que evitam a recuperação do que foi dito por um sinônimo, por exemplo; a ideia de negação do enunciado anterior que pode ser demonstrada pelo *mas, porém, embora, ainda que*, assim como pelo *não* que dialogicamente afirma outro enunciado.

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico escolhido para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), no que diz respeito à abordagem. Nela, o pesquisador não está preocupado com a quantidade numérica de dados apresentados para o estabelecimento de um padrão ou estatística, mas sim com as especificidades dos dados analisados. Quanto à natureza, a pesquisa será realizada de forma aplicada. Já em relação aos objetivos, pode ser classificada como exploratória, pois visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, (...) torná-lo mais explícito” (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p.35) e, a partir daí, criar o ambiente propício para a reflexão sobre hipóteses para sua resolução.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos dois critérios que Rodrigues (2005) mobiliza para sua análise de artigos jornalísticos, citados nos objetivos e na revisão teórica deste trabalho: aspectos da dimensão social e aspectos da dimensão verbal. Mas tentaremos observar esses aspectos aplicados aos TCCs.

Na dimensão social, predominam aspectos relacionados à autoria e à circulação dos TCCs. Na verbal, analisamos elementos relacionados ao conteúdo temático e à forma composicional dos enunciados.

Como *corpus* deste estudo, inicialmente prevíamos uma seleção mais ampla, envolvendo trabalhos produzidos entre 2014 e 2019. Mas aprendemos que delimitar é uma palavra-chave em um TCC. Por isso, acabamos selecionando dois TCCs, um de 2018 e outro de 2016, ambos da área de estudos linguísticos e produzidos no curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa. A análise envolve basicamente duas partes dos TCCs: a Introdução e a Análise e discussão de resultados. Essas duas partes foram selecionadas porque entendemos que a introdução por, geralmente, conter tema, problema(s), hipótese(s), objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, representa um conjunto de intenções cuja realização – mais ou menos parcial - pode ser observada na Análise e discussão de resultados. É nessa parte que tentamos avaliar se os objetivos foram realizados, se as hipóteses foram confirmadas ou refutadas, se houve coerência entre o proposto na introdução e o desenvolvido na análise.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta parte, o procedimento será recortar fragmentos² dos textos selecionados para avaliar o letramento nessa enunciação específica, a saber, o TCC no contexto de finalização da graduação.

As seções escolhidas para análise, como explicado anteriormente, são a Introdução e a Análise e Discussão de Resultados e nelas analisaremos aspectos referentes à dimensão verbal e à dimensão social. De agora em diante os TCCs em análise serão denominados TCC 01 e TCC 02, a fim de preservar a identidade dos autores.

Inicialmente salientamos que os TCCs foram orientados por professores diferentes. O primeiro foi defendido em 2018, e o segundo, em 2016. O primeiro – TCC 01 – situa-se no campo da linguística aplicada, de acordo com o autor. O segundo – TCC 02 – pertence à sociolinguística, de acordo com o autor. Eles foram lidos na íntegra. Porém, devido ao prazo e à nossa experiência ainda inicial nesse tipo de pesquisa, houve a necessidade de recortar duas seções, a fim de dar conta da análise em curso.

Ao saberem do intuito dessa pesquisa, os autores ofereceram voluntariamente seus textos como objetos de análise, o que foi determinante para a delimitação do estudo.

A análise do letramento acadêmico nos dois TCCs parte das dimensões já enunciadas nas seções anteriores deste estudo, quais sejam, dimensão social e dimensão verbal (RODRIGUES, 2005).

4.1 Dimensão social

No TCC 01, ao analisarmos a dimensão social, observamos uma alternância muito grande na pessoa do discurso escolhida para escrever o texto. Ora é escrito em terceira pessoa, ora em primeira pessoa, do singular (eu) ou do plural (nós).

O texto acadêmico tem como objeto um tema, um assunto, um acontecimento da realidade, a 3ª pessoa, portanto, integra o TCC. O autor inicia sua introdução com

² Nesta parte, todos os recortes dos TCCs em estudo serão apresentados em itálico, sem aspas, com espaço simples entre as linhas e justificados no espaço da página para distinguir dos textos de referência que fundamentam este estudo e que serão apresentados de acordo com as normas da ABNT.

“O presente estudo possui...”/“... para tanto a pesquisa buscou...”, isso no primeiro parágrafo. Já no segundo parágrafo, temos: *“durante o período do estágio obrigatório, pude notar...”*. No parágrafo seguinte: *“Na ocasião de realização do estágio, foi possível observar...”/“Podemos também verificar, durante o estágio...”/“Acredito que assim...”*

Os trechos acima foram retirados da introdução. Nela há alternância da pessoa do discurso em torno de que se desenvolve o texto, seja primeira do singular (eu), seja primeira do plural (nós), seja terceira pessoa.

O que pretendemos quando escrevemos na 1ª pessoa? E na 3ª pessoa? Quem conduz o texto? Quem é esse “nós” implícito na forma verbal atrás de *“Podemos também verificar, durante o estágio...”*? Esse aspecto da construção composicional de quem escreve o texto é muito importante para quem o lê. É a partir de como se configura a autoria que entendemos o percurso traçado para a produção daquela escrita, como o sujeito se posiciona como autor daquele texto.

Entendemos que o “eu” tem o potencial de problematizar uma ciência inquestionável, irrefutável, e apontar para a ciência enquanto interpretação. Entendemos que “nós” agrega autor e orientador, pode agregar também autor e os que pertencem ao mesmo alinhamento teórico. Também quando escrevemos “nós”, mostramos que somos múltiplos, somos vários, atravessados por ideias, concepções e reflexões alheias de tal modo que não somos tão autossuficientes assim para produzir um texto exclusivamente singular. A terceira pessoa, por sua vez, aponta para o objeto, poderia representar um ideal de ciência, feita sem a interferência do autor. Nesse primeiro TCC analisado, no entanto, a alternância da pessoa aponta para inconsistência da manifestação da autoria, aponta também para dificuldades de letramento.

Sobre a apropriação de conceitos, vimos que a Análise e discussão de resultados do TCC 1 é dividida em: 5.1 Aspectos gerais observados; 5.2 Identificando as questões gramaticais e 5.3 Identificando a abordagem de leitura e produção textual. Em nenhuma dessas partes em que a Análise se divide aparecem conceitos mobilizados para análise que tratem do que o título sugere que será tratado: O ensino de gramática nas aulas de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental: identificando possíveis contradições. Ou melhor, podem ser contempladas questões ligadas à gramática, mas não há nada, no entanto, que

indique qualquer discussão acerca da existência ou não de contradições no ensino da gramática.

No TCC 02, a autoria se manifesta de forma mais coerente. O autor opta, na maioria das vezes, por escrever na primeira pessoa do plural (nós) a partir da seção Análise e Discussão dos Resultados. Mas a introdução é escrita na terceira pessoa, como os recortes abaixo demonstram:

Nos últimos anos, houve uma significativa ascensão da área da Fonética no âmbito forense [...]” (Introdução, p.13).

As ciências forenses tornam-se indispensáveis na resolução da maioria dos crimes e suas áreas de conhecimentos são vastas e peculiares [...] (Introdução, p. 13).

Este trabalho preocupa-se em apresentar as contribuições da Fonética Forense [...]. (Introdução, p. 14).

Quando a Análise e Discussão de Resultados começa, a autoria emerge pela primeira pessoa do plural, tal como os exemplos abaixo confirmam:

Isto também se comprova por meio de resultados encontrados em nossa pesquisa ao entrevistarmos doze (12) peritos criminais estaduais e federais [...] (Apresentação da Pesquisa e Análise dos Resultados, p.28)

Constatamos nessas entrevistas que os Cursos de Nível superior de Bacharelado em Fonoaudiologia e em Engenharia Elétrica [...] (Pesquisa e Análise dos Resultados, p. 28)

Como já foi dito anteriormente nesse trabalho, a escrita em terceira pessoa tem por característica manter um afastamento daquele que escreve para aquele que lê, proporcionando uma ideia de mais veracidade ao que está sendo dito. Isso se mantém em algumas áreas mais tradicionais ou conservadoras com relação à escrita acadêmica. Nas ciências humanas é menos comum, mas eventualmente se mantém, tanto é que ocorre em algumas partes do TCC 2 que estamos analisando. Observamos que as seções que precedem a Apresentação da Pesquisa e Análise dos Resultados foram organizadas em torno da terceira pessoa. Na introdução, a autora atualiza o leitor sobre o campo de pesquisa que estará envolvido no estudo e chama a atenção para aspectos metodológicos a serem empregados, como a colaboração de informantes, por exemplo.

Na outra seção analisada, *Apresentação da Pesquisa e Análise dos Resultados*, a autoria vem marcada pela primeira pessoa do plural, nós, o que aponta para a pessoalidade, para o grupo de que faz parte e, ao fazê-lo, problematiza uma ciência positiva e inquestionável.

Esse procedimento aponta também para a ideia de que para se fazer uma análise, um longo caminho deve ser percorrido, não singularmente, mas sim pluralmente. O plural mostra que aquela seção da escrita foi feita em conjunto, que as ideias partiram de interações sociais, dialógicas.

Podemos fazer também outra leitura sobre essa escolha da autora no que diz respeito à pessoa do discurso escolhida para escrever cada seção e sobre como ela pode ter escolhido falar do discurso do outro. A terceira pessoa usada na introdução² concentra-se na apresentação do campo em torno do qual o trabalho se organiza, a fonética forense. Explica como ela é de sua importância nos estudos criminais e sobre como ela se constitui como ciência.

No que diz respeito à apropriação de conceitos mobilizados no TCC 2, podemos dizer que não houve divergência entre o tema proposto e a análise realizada. O texto se propõe a estudar sobre “Fonética forense e suas contribuições na perícia criminal” e já na introdução conseguimos conceituar fonética forense como:

[...] área multidisciplinar que abrange conhecimentos de diversas áreas e profissionais com especialidades distintas. De acordo com Bonastre (2003), a Fonética Forense estuda os sons da língua através de uma abordagem linguística de reconhecimento, ou seja, as análises são feitas para variação de locutor, isto é, através desta variação é possível determinar se duas falas foram produzidas pelo mesmo interlocutor (Introdução, p.13).

No TCC 2 observamos uma preocupação do autor em realizar os objetivos propostos e vimos também que o discurso alheio é bem demarcado, seja por citação direta ou indireta. Isso mostra a preocupação do autor quanto à autoria do texto, tendo o cuidado de distinguir o discurso do outro e de usá-lo para confirmar ou refutar sua ideia. Também de não se apropriar desse discurso.

4.2 Dimensão verbal

Da Introdução TCC 01, observamos os fragmentos que seguem:

O presente estudo possui o propósito de pesquisar o ensino de gramática e as suas possíveis contradições nas aulas de Língua Portuguesa da Educação Básica (Introdução, p.11).

*Enfim, o presente estudo teve como **objetivo geral**³ pesquisar e analisar o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental da Educação Básica, refletindo sobre as estratégias de ensino utilizadas, e como **objetivos específicos**⁴: a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino de gramática; a aplicação de um questionário a um professor regente, o qual permitiu uma reflexão sobre o ensino de gramática, seu papel no planejamento e a execução de atividades didático-pedagógicas; e a observação de 10 horas/aulas de LP [...] (Introdução, p.12).*

A finalidade desta pesquisa é, portanto, averiguar como se dá o planejamento e a execução da rotina didático-pedagógica das aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, especialmente no que tange ao ensino gramatical [...] (Introdução, p.12).

Dessa forma, a análise que propomos buscará evidenciar se ainda estamos repisando ensinamentos contestados há três décadas ou se estamos construindo alunos pesquisadores e investigadores sobre sua própria língua, de modo racional e coerente. Parece voltar ao ensino gramatical, uma vez que não propõe que a língua seja ensinada em suas diferentes situações de uso, mas parece propor uma retomada do ensino (Introdução, p.12).

Vemos que nos fragmentos acima há quatro possíveis objetivos gerais. Os objetivos são nomeados por verbos no infinitivo, indicativos de ação, quais sejam, *pesquisar* (“...possui o propósito de pesquisar o ensino de gramática...”), *pesquisar e analisar* (“...objetivo geral pesquisar e analisar o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa...”), *averiguar* (*A finalidade desta pesquisa é, portanto, averiguar como se dá o planejamento e a execução...*), *evidenciar* (*...a análise que propomos buscará evidenciar se ainda estamos...*). No segundo fragmento (2), há a indicação formal de quais seriam os objetivos – geral e específicos - que, posteriormente, deveriam ser realizados na seção que costumamos chamar de Análise e discussão dos resultados. No objetivo geral, há os verbos *pesquisar e analisar*. Os objetivos específicos que se seguem, em vez de serem representados por verbos no infinitivo,

³ Grifo nosso

⁴ Grifo nosso

são representados pela área do nome. Mais precisamente por *a realização, a aplicação, a observação*. Esse procedimento interrompe o paralelismo que se espera na apresentação dos objetivos e parece apontar para dificuldades de letramento no que se refere à escrita de um TCC. O nome desfaz a ideia de que objetivos são ações a serem realizadas, por isso normalmente são representados por verbos no infinitivo. Aponta também para o desconhecimento acerca da forma composicional desses enunciados que, no gênero TCC, costumam ser assim apresentados.

Mas há outras observações a serem feitas sobre esses “objetivos específicos” apresentados no fragmento 02. Entendemos que “[...] *a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino de gramática; a aplicação de um questionário a um professor regente, o qual permitiu uma reflexão sobre o ensino de gramática, seu papel no planejamento e a execução de atividades didático-pedagógicas; e a observação de 10 horas/aulas [...]*” parece apontar mais para a metodologia do que para objetivos específicos.

A proliferação de objetivos que observamos desorientam e confundem o leitor que termina a leitura da introdução sem saber ao certo quais são os objetivos da pesquisa. Entendemos que essa indefinição afeta também todo o desenvolvimento do estudo.

Ainda, o objetivo geral apresentado no fragmento 02 – “*pesquisar e analisar o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental da Educação Básica*” - cria a expectativa de que seja realizada uma análise sobre o ensino de gramática nas aulas de LP. Entretanto, o autor nos diz que “*as aulas de LP deixam de motivar o desenvolvimento das competências de leitura e escrita*” (*Análise e discussão de resultados, p.26*), o que parece ultrapassar os objetivos formalmente estabelecidos no fragmento 02, transcrito acima.

No que se refere à dimensão verbal do TCC 2, observamos que os objetivos apresentados na introdução do trabalho em análise realizam-se nas partes analisadas nesta pesquisa. É possível observar que a introdução dá conta de fazer um apanhado geral do trabalho, além disso, mostra suas fases e percurso que será realizado. Ainda na introdução, observamos a estabilidade do gênero que apresenta tema, problema, objetivos gerais e específicos, justificativa, metodologia e um direcionamento para o que se espera dessa pesquisa, ou seja, de uma possível conclusão.

No TCC 02, na Introdução, item 1.1 Objetivos (p.15) como objetivos específicos, são apresentados os que se seguem:

- *Verificar e descrever a atuação e formação dos peritos criminais da área;*
- *Identificar o estado da arte em técnicas de Fonética Forense em casos criminais na região Sul, ou seja, no estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como em dois estados do Sudeste do Brasil, isto é, Minas Gerais e São Paulo, além da Capital Federal do Brasil;*
- *Realizar um estudo comparativo entre as técnicas de Fonética Forense utilizadas na perícia criminal tanto no âmbito estadual como no federal.*

Interessante notar como a parte da Análise e discussão de resultados contempla os objetivos apresentados na introdução. Vejamos:

1 – Item 4.1 Formação dos peritos criminais:

A Fonética Forense por ser uma área multidisciplinar agrega profissionais das mais diversas especialidades e formações. Isto também se comprova por meio de resultados encontrados em nossa pesquisa ao entrevistarmos doze (12) peritos criminais estaduais e federais. Constatamos nestas entrevistas que os Cursos de Nível Superior de Bacharelado em Fonoaudiologia e em Engenharia Elétrica são os que mais se evidenciam na área da Fonética Forense. Logo atrás, aparecem os cursos de Bacharelado em Física e Letras [...] (Análise e Discussão dos Resultados, p.28).

2 – Item 4.2 Estado da Arte das Técnicas de Fonética Forense

Na análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados com os informantes, pudemos observar que as técnicas utilizadas no exame pericial de comparação de voz convergem entre si. Isto é, tanto na perícia federal quanto na perícia estadual são usadas a análise combinada clássica, assim denominada pelo perito H como sendo uma análise “combinada com uma abordagem estatístico/automática provida por um sistema biométrico forense”... (Análise e Discussão dos Resultados, p.31).

3 – Item 4.3; 4.4; 4.5 Comparação de Locutores

Portanto, analisando estas informações, pudemos verificar que, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal, se utiliza a Fonética Acústica na análise de comparação de voz. Torna-se evidente, por meio da análise desses dados, observar a importância da Fonética Acústica na relação conjunta com a Fonética Forense no exame de Comparação de Locutores, já que ambas complementam-se e interligam-se no que tange aos exames periciais de análise de locutor ... (Análise e Discussão dos Resultados, p.41).

A análise feita aponta para alguns achados que, ainda que limitados aos fragmentos que analisamos, apontam para resultados relativos à dimensão verbal e à dimensão social, aspectos de uma análise enunciativa de TCCs. No que se refere à dimensão social, situamos a questão da autoria. Encontramos a uniformidade e a indefinição. Entendemos por uniformidade não a exclusividade de uma pessoa do discurso, mas a apresentação estável da pessoa, mesmo quando ela muda. Então, o leitor entende a ordem do desenvolvimento do TCC. O TCC 02 se enquadra nesse perfil. Encontramos a indefinição no TCC 01, no entanto, o que aponta para as dificuldades de letramento que não foram superadas durante a escrita do TCC.

No que se refere à dimensão verbal, destacamos, principalmente, a relação entre os enunciados apresentados na Introdução e os da Análise e discussão de resultados. No TCC 01, temos a descontinuidade de objetivos, de temas, de problemas a serem resolvidos e, em função disso, na Análise e discussão de resultados são apresentados resultados inconsistentes. Observamos no TCC 02 o desenvolvimento contínuo, a citação adequada do discurso alheio, a realização na Análise e discussão de resultados dos objetivos apresentados na Introdução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias finais que tecemos a partir das análises feitas neste trabalho mostram diferentes letramentos de sujeitos, autores de trabalhos de conclusão de curso. Além disso, observamos também como aspectos da dimensão social e da dimensão verbal dos TCCs se materializam no texto.

Ao sabermos que o TCC é um texto escrito para ser avaliado, observamos se os textos atendiam a algumas convenções, como a escrita de acordo a norma culta (ou o mais próximo possível dela), a aparição das informações esperadas para cada uma das partes – Introdução e Análise e discussão de resultados - do gênero em estudo. necessárias nos itens em estudo.

Verificamos, na dimensão social, a questão da autoria, quando esta era demarcada de forma pessoal ou não, e o porquê dessa ocorrência, a fim de mostrar algumas mudanças relativas à pessoa do discurso. Ainda na dimensão social, nos atentamos para aspectos relacionados à esfera de circulação desse gênero, já que essa forma relativamente estável de texto tem uma demanda de circulação mais seleta, vigorando mais no meio acadêmico.

No que tange à dimensão verbal, optamos por observar os enunciados, o que envolveu algumas questões mais pontuais, como a demarcação do discurso alheio no TCC, questões voltadas à coerência entre as partes e, também, à adequação da escrita ao gênero TCC. Optamos por observar também se os objetivos apresentados na introdução eram realizados na análise ou se ficavam perdidos no meio do caminho. Esse aspecto que integra a forma composicional permite avaliar o letramento do TCC se consideradas as expectativas relativas ao gênero.

Da análise dos trabalhos, notamos que sujeitos diferentes, em uma mesma situação, ou seja, final de graduação, submetidos à escrita de seus TCCs, demonstram letramentos diferentes.

O TCC 01 apresenta desvios quanto ao esperado tanto na dimensão social quanto na dimensão verbal, apontando para enunciados mal formulados, com problemas de semântica, sintaxe, adequação ao gênero TCC, no que diz respeito ao que se espera que seja desenvolvido em cada uma das partes. Diferentemente do TCC 01, o 02 mostra um outro letramento acadêmico. Os objetivos citados na introdução são de fato realizados na análise, há adequação vocabular que demonstra filiação teórica enunciada, também adequação à norma culta,

procedimento que aponta para a estabilidade do gênero, salvo exceções que apontem para uma inversão da ordem por razões éticas ou estéticas, por exemplo, o que apontaria para um outro paradigma emergente na escrita de TCCs. Esse não parece ser o caso do TCC 01.

Levando em conta as diferenças de letramento desses TCCs, podemos concluir que há uma disparidade de letramentos acadêmicos evidenciada na escrita de TCCs de sujeitos em situação similar no curso de Letras. Os TCCs analisados materializam questões relacionadas ao letramento que vimos mencionando ao longo deste estudo. Pensamos em componente específico para tratar do assunto. Será esse o caso? Afinal, o percurso realizado pelos autores dos TCCs analisados foi semelhante, mas temos resultados bem diferentes. A questão insiste em permanecer e, por certo, pode ser tema para trabalhos futuros.

Nós, enquanto educadores, precisamos refletir sobre quais medidas são necessárias e cabíveis de serem tomadas para que os sujeitos possam sair da academia não só graduados, mas mais preparados para a multiplicidade de letramentos solicitados nas práticas sociais. Percalços na educação existem, vimos nesse trabalho que o letramento não é um estado ideal a que se chega, um produto, mas um processo sempre em andamento que nos insere em práticas sociais distintas. Então, não existe um letramento correto e outro incorreto, mas sim letramentos diferentes em situações de produções diferentes. O texto acadêmico, Trabalho de conclusão de curso, gênero em análise mostra suas regularidades ou irregularidades e precisamos conhecê-las para nos adequarmos ou não, mas conhecendo as razões de uma ou de outra escolha.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (Voloschinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Estética da criação verbal**. Os gêneros do discurso. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FIORIN, José L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016. 160p.

CORACINI, Maria José R. Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste**. *Bakhtiniana: revista de estudos do discurso*. São Paulo, SP. Vol. 1, n. 2 (2009), f. 143-164, 2009.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. **Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental**. _____. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, p. 25-44, 1986.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin**. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. Parábola Editorial, 2005.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. 128p.

SOBRAL, Adail. **A concepção de autoria do "Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshinov": confrontos e definições**. *Macabéa - Revista Eletrônica do Netlli*, v. 1, n. 2, p. p. 123-142, 2013.

PIRES, Vera Lucia. **Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin**. *Organon*, v. 16, n. 32-33, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29782/18403>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ANEXOS

ANEXO A – TCC 01 (Introdução e Análise e discussão dos resultados)

1) INTRODUÇÃO

O presente estudo possui o propósito de pesquisar o ensino de gramática e as suas possíveis contradições nas aulas de Língua Portuguesa da Educação Básica. Para tanto, esta pesquisa buscou analisar a maneira pela qual o ensino de gramática é planejado e efetivado nas aulas de língua portuguesa.

Tal reflexão se colocou quando, durante o período de estágio obrigatório, pude notar uma ligeira confusão em relação ao ensino de Língua Portuguesa (LP). Frequentemente, as aulas de LP até pretendiam se voltar para o uso da língua e suas funções, mas acabavam se reduzindo ao ensino tradicional da nomenclatura gramatical, então para que se ensina LP? Para quem se ensina LP e como se ensina LP?

Na ocasião de realização do estágio, foi possível observar uma quantidade expressiva de exercícios de repetição, através de conceitos e regras gramaticais. Por perceber que essa metodologia de ensino encontra-se defasada, esta pesquisa visou identificar algumas das principais contradições das aulas de gramática e procurar alternativas para o ensino de LP. Pudemos também verificar, durante o estágio, que professores frequentemente buscam – mesmo que nem sempre consigam – proporcionar aos alunos aulas mais atuais, construindo aproximações da realidade dos usos da linguagem. Acredito que assim, através desses modelos de aprendizagem, é possível evidenciar uma maneira construtiva do uso de concepções gramaticais, com a finalidade de possibilitar uma melhoria na compreensão do uso adequado deste conhecimento.

Outra questão que merece uma atenção mais detida diz respeito às dificuldades de leitura e interpretação textual do alunado proveniente do Ensino Fundamental, especialmente da escola pública. Assim, quais seriam as implicações, na formação de leitores competentes, das aulas de LP restritas ao

domínio da gramática tradicional? Uma vez que muitos professores preocupam-se apenas em transmitir conteúdo a seus alunos, caberia refletir sobre a maneira como esse conteúdo contribuirá para que estes alunos não sejam meros repetidores de informações gramaticais.

Mas por que ainda é necessário discutir este tema? Assim como existem professores que defendem o ensino de LP restrito à gramática, existem os que propagam uma imagem ultrapassada desta metodologia. Além disso, Faraco (2008) percebe que a expressão “norma”, mais precisamente norma culta, sofre uma imprecisão quanto ao seu uso. Isto porque que existe um conflito entre a sua designação e o modo como ela é empegada. Ou seja, na escola, permanece a crença, um tanto equivocada, de que ensinar gramática equivale a promover o acesso à norma culta. Sabemos, no entanto, que tal acesso se dá, antes, pelo exercício efetivo de práticas de linguagem através de gêneros textuais diversificados.

Junto a isto que Faraco (2008) observa, também podemos acrescentar um certo desprestígio acadêmico que o ensino gramatical sofreu, sobretudo a partir dos anos 80. Advém daí grande parte dos estudos linguísticos que se voltaram contra tal ensino.

Neste contexto, passou a ser “politicamente incorreto” dizer que se ensinava gramática (ou que era importante ou necessário seu ensino). Como, no entanto, o ensino de português (respeitada às exceções) não se alternou substancialmente nessa conjuntura (a crítica ao saber tradicional alcançou o discurso, mas não, de fato, a prática pedagógica), foi preciso enfrentar a depreciação semântica do termo *gramática* e encontrar um novo nome para o velho saber e as velhas práticas. (FARACO, 2008, p. 25)

Percebemos, então, um conflito delineado em parte pela convivência problemática entre o ensino de gramática e a sua negação. Disso se originou também grande parte das contradições que temos percebido na literatura referente à discussão pedagógica do ensino de LP. Deste modo, o presente estudo se propõe a interrogar as causas desta situação e encontrar alternativas para a construção de um ensino gramatical menos dogmático, menos prescritivo e mais atento à realidade linguística heterogênea do português brasileiro.

Enfim, o presente estudo teve como objetivo geral pesquisar e analisar o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental da Educação Básica, refletindo sobre as estratégias de ensino utilizadas, e como objetivos específicos: a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino de gramática; a aplicação de um questionário a um professor regente, o qual permitiu uma reflexão sobre o ensino de gramática, seu papel no planejamento e a execução de atividades didático-pedagógicas; e a observação de 10 horas/aulas de LP. A finalidade desta pesquisa é, portanto, averiguar como se dá o planejamento e a execução da rotina didático-pedagógica das aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, especialmente no que tange ao ensino gramatical. Acreditamos que esta questão é central para o acadêmico de Letras em formação inicial, haja vista a importância de retomarmos este debate, aparentemente já desgastado, mas - pelo que pudemos observar no decorrer da pesquisa - ainda bastante pertinente. Dessa forma, a análise que propomos buscará evidenciar se ainda estamos repisando ensinamentos contestados há três décadas ou se estamos construindo alunos pesquisadores e investigadores sobre sua própria língua, de modo racional e coerente.

2)ANÁLISE E DISCUSSÃO

Entendemos uma análise como um instrumento de buscar evidências para sustentar determinada interpretação. Neste sentido, analisamos a transcrição das 08 horas-aula e a transcrição da entrevista com o professor regente procurando elementos que contribuíssem com o debate que levantamos nesse trabalho. No limite, interessam-nos levantar possíveis contradições, percalços, convicções a respeito do trabalho com a gramática.

Durante a análise das aulas propriamente ditas, em relação ao aspecto quantitativo, observamos uma predominância de conteúdos puramente gramaticais. Das oito aulas observadas, seis destinaram-se a conteúdos como verbo, concordância verbal e casos especiais de concordância, somente as duas aulas restantes procuraram abordar leitura e produção textual. Sendo assim, a seguir, iniciaremos a análise apresentando algumas considerações sobre aspectos gerais observados na experiência retratada em entrevista e

observação. A seguir, procuraremos explorar particularidades sobre a abordagem das questões gramaticais e, por fim, entraremos na abordagem de leitura e produção textual observadas.

5.1 Aspectos gerais observados

No IA01, questão nº 03, percebemos que o docente precisa vencer o livro didático. Deste modo, através de um livro didático encaminhado por uma coordenação, sua aula torna-se, de certo modo, limitada quanto ao modo de ensino-aprendizagem, reforçando a visão de uma aula transmissiva.

O docente ainda realça a importância desta conciliação, adaptando conteúdos paralelos aos que constam no livro. Vemos também que tal conciliação já faz parte de seu histórico, deixando a evidência de uma aula previamente modulada e/ou gerenciada antes mesmo de entrar na escola.

Percebemos que, neste momento, o professor perde a autonomia de entrar com um conteúdo mais abrangente ou flexível, uma vez que já tem uma estrutura de ensino e aprendizagem engessada, desta forma lhe resta focalizar os temas explícitos no livro didático.

Ainda no IA01, questão nº 07, percebemos certa dificuldade em trocar o modo de abordagem de ensino normativo para uma abordagem mais textual e discursiva. Assim, onde deveria constar a leitura de diferentes textos, com o uso da escrita e da reescrita, vemos um planejamento prescritivo, com regras cotidianamente repetidas e com um enorme número de atividades de repetição, limitando assim o desenvolvimento da competência comunicativa de seus alunos.

Durante a questão nº 08, ainda na entrevista, o docente realça a importância de trabalhar a literatura, porém em paralelo com a gramática, de modo exploratório. Percebemos que este docente sabe a importância da leitura e da escrita e de suas consequências para a eficácia do ensino da LP, mas que evidentemente, existe uma distorção no modo como este ensino é propriamente efetivado.

Em um pequeno recorte da afirmação do entrevistado durante a questão 09, percebemos que este docente possui dificuldades em abordar o ensino de modo mais contextualizado, como o uso de textos e discursões sobre diferentes temas. Tal problema torna-se evidente quando notamos que este docente

aprendeu através de uma abordagem transmissiva, e é neste método que mantém sua segurança em repassar a informação.

Percebemos também que o fato de “repassar a informação” torna-se a aula redundante, imaginemos um professor repassando a classificação terminológicas de diversas classes gramaticais, em diversos anos (sétimos, oitavos e nonos), tendo como alicerce o livro didático; Agora, imaginemos ele realizando esta atividade ano após ano. É perfeitamente normal que esteja “engessado” uma metodologia redundante dentro da sala de aula, porém sabemos que esta metodologia é destoante da realidade.

Diante desta problemática, já sabedores que o ensino através de uma gramática normativa resiste diariamente dentro de salas de aula, como podemos observar ao longo da transcrição da maioria das aulas, percebemos, que ensinar a língua ainda é prescrever e transmitir regras de morfologia e sintaxe.

O docente entrevistado defende, ainda, a importância do trabalho com a formação continuada, esta preocupação evidencia uma atitude proativa do docente no sentido de compreender o papel docente como algo em constante construção. De certa forma, tal percepção se choca com o ensino gramatical prescritivo tradicional, que frequentemente se mantém inalterado e resistindo a passagem do tempo.

Assim, percebemos que ainda persiste dentro da sala de aula, a prática de ensino através de exercícios tradicionais ao invés de um trabalho mais reflexivo do uso da língua como podemos perceber ao longo de grande parte das aulas transcritas.

Deste modo, percebemos o por quê da necessidade de se discutir esta temática, percebemos que professores, ainda que por hábito de uma tradição, acabam compartilhando ora através de um livro didático, ora através de suas fontes, atividades redundantes e tradicionais, de modo mecânico. Restringindo assim o espaço de possíveis reflexões sobre o uso real da língua.

Cabe ainda ressaltar que este uso fragmentado de aprendizagem, reflete diretamente em outras disciplinas, uma vez que a falta de interpretação/compreensão dentro da sala de aula, limita o aluno a ser arbitrário quando está diante de diversos outros gêneros, como mapas, textos de história,

textos jornalísticos, crônicas, revistas, artigos, relatórios entre outros que diariamente temos acesso.

Identificando as questões gramaticais.

Uma vez identificados aspectos gerais da experiência com a análise, passaremos a uma avaliação mais detida sobre as questões gramaticais propriamente ditas encontradas durante a inserção no campo investigativo. Conforme já assinalado, a primeira questão a ser mencionada deve-se ao fato de, nas oito aulas observadas, seis delas serem destinadas a conteúdos gramaticais, mais especificamente verbo e concordância verbal.

Em relação aos assuntos trabalhados, verbo e concordância verbal, é possível identificar, conforme a aula transcrita evidencia, que se trata fundamentalmente de uma concepção prescritiva de gramática. Observamos que o ensino tradicional de gramática aponta para regras de bem falar e de bem escrever, tipicamente pautadas pela norma-padrão e sem que haja um movimento mais analítico dos fatos linguísticos observados. Neste sentido, o ensino é prescritivo porque, pautado pelo certo/errado, cabe ao aluno memorizar as regras de concordância verbal para aplicá-las quando necessário.

Quando observamos os objetivos esperados pela entrevistada, conforme evidencia a resposta da questão 10, a saber, “Meu objetivo é que eles saiam daqui, eu trabalho com o 9º ano, que eles saiam aprendendo para a vida e para o ensino médio e sabendo se comunicar, a se posicionar, colocar sua opinião...”, percebemos que parece haver um desajuste entre a abordagem em sala de aula das questões gramaticais e a expectativa docente com o seu trabalho.

Ainda na entrevista, ao ser perguntada sobre a importância do ensino gramatical, observamos a seguinte resposta: “Primeiramente eu acho importante pelo fato da escrita”. Temos aí um exemplo que nos aproxima do que Perini (2003, p. 49) aponta como uma das principais contradições do ensino de gramática:

Em primeiro lugar: os *objetivos da disciplina estão mal colocados*. Muitos professores dizem (e acreditam) que o estudo da gramática é um dos instrumentos que levarão o aluno a ler e escrever melhor – ou, para ser mais exato, o levarão a um

domínio adequado da linguagem escrita. Este motivo é alegado constantemente, quando se quer defender a presença da gramática no currículo. (*grifos do autor*).

Entendemos que o conhecimento gramatical nem sempre está a serviço da ampliação das habilidades comunicativas pelo texto escrito, por exemplo. E a leitura de Perini (2003) contribui para pensarmos na necessidade de redefinir tais objetivos. Ou seja, não seria o caso, conforme já apontamos na fundamentação teórica, de aceitarmos que o estudo gramatical traz consigo um conhecimento a mais sobre a língua? Se assim fosse, dedicaríamos mais tempo da atividade escolar para o trabalho com leitura, escrita, oralidade e reflexão linguística e, constituídos leitores e produtores de texto eficientes, entraríamos com a abordagem gramatical, com um viés mais científico, sobretudo a partir do ensino médio.

Além do, por assim dizer, “mito do ensinar gramática para escrever melhor”, também é possível observar na entrevista uma preocupação com a questão do “ensinar gramática pelo texto”. Desde que o ensino estritamente gramatical passou a ser profundamente questionado pelos estudos linguísticos, temos visto nascer a noção corrente de que se a gramática estiver relacionada ao texto, “aí pode”. Em nossa perspectiva de trabalho, tal conhecimento também não nos parece adequado, já que cria a impressão de que o texto – e não mais o fonema, morfema ou a sentença – serviria de unidade de análise gramatical. Entendemos que o texto se presta à análise textual e discursiva, passando inclusive pelos aspectos semânticos e pragmáticos. E que a análise estritamente gramatical do texto tende a reduzir seu potencial significativo.

Finalizando esta parte, convém destacar que, apesar dos aspectos contraditórios observados, temos também questões interessantes a serem evidenciadas. Por exemplo, ainda no IA01, questão 02, percebemos que o docente tenta não vincular o ensino de gramática através de sentenças descontextualizadas. Deste modo, através do alicerce de um gênero e encaminhado pelo uso de compreensão textual, o docente tenta vincular seu conteúdo gramatical.

O fato de ir além das implicações gramaticais demonstra, neste momento, uma tentativa de não se conter a um ensino reprisado. No entanto, vale lembrar

que existe ainda uma pertinência em retirar do gênero questões de gramática. Certamente, deve-se continuar a abordagem gramatical, inclusive e propositalmente a partir do uso de uma norma culta, mais precisamente dentro de textos, e não sua prática mecânica, com o mero objetivo de descrever e classificar.

A escola aborda a língua na sua dimensão mais limitada, não promovendo a participação de alunos em discussões, muito menos analisando a língua de forma mais científica e heterogênea. Vejamos o exemplo a seguir:

Professor: Depois tem a concordância do verbo com sujeito simples.

É assim que falamos todos os dias né!

Exemplo: Nós fomos ao cinema, (Ninguém fala nós fui ao cinema, todo mundo fala nós fomos né?!)

“Nós fomos ao cinema” faz parte das regras básicas da concordância verbal.

Recorte do IA02 –
Transcrição da aula 01

Neste exemplo, percebemos que a regra de concordância verbal da norma-padrão é apresentada de maneira a desconsiderar o grau de formalidade em que a situação comunicativa ocorre, também não se considera o gênero em questão. Em contextos menos monitorados, caberia o emprego de regra de concordância variável como por exemplo *nós fumo no cinema* ou *nós foi ao cinema*. Seria uma boa oportunidade de se destacar o aspecto heterogêneo da língua e o caráter variável das regras de concordância. Por outro lado, destacamos como positiva a atitude de tentar uma aproximação entre as regras gramaticais e os usos linguísticos dos estudantes. Neste aspecto percebemos a postura proativa do docente que, ao longo de todo percurso da pesquisa, se demonstrou incansável em construir situações verdadeiramente significativas de aprendizado.

5.2 Identificando a abordagem de leitura e produção textual

Considerando que a linguagem é uma forma de interação que se manifesta através de textos, existe a necessidade de abordar a LP através do ensino reflexivo, utilizando a língua como instrumento de interação e análise, e não apenas o conhecimento gramatical trabalhado de forma deslocada. Durante a entrevista percebemos que o trabalho com o texto frequentemente foi identificado ao trabalho com literatura. Ao ser perguntado sobre o trabalho com o texto, observamos a seguinte resposta: *“Eu posso trabalhar, como eu te disse, explorando a gramática que é uma maneira que eu faço; e posso trabalhar também explorando a literatura puramente, porque daí vem a interpretação, [...] nem a leitura pela leitura, mas sim como fazer o aluno a interpretar, entender, criticar, aperfeiçoar estes aspectos da crítica, da reflexão, da literatura.”*

Parece possível apontar que a noção de texto aí observada está restrita ao domínio do texto escrito literário, bem diferente de uma noção de texto mais ampla, conforme a que empregamos no início do parágrafo anterior. Esta compreensão de texto limitada ao texto literário frequentemente é estimulada pelos livros didáticos, dos quais, em geral, ficam de fora textos orais e textos escritos menos monitorados.

Ao propor um texto como objeto de ensino, o docente pode ter por finalidade uma estratégia de leitura, uma produção escrita e, se possível, uma reescrita, desenvolvendo assim diferentes atividades para que seus alunos percebam a construção textual. Por outro lado, quando o texto é reduzido apenas à modalidade literária, corre-se o risco de submeter a produção textual não mais a uma atividade comunicativa, mas a apenas uma atividade lúdica com a linguagem. Nesse sentido, temos a atividade de produção textual que observamos, relatada na transcrição da aula 05, a saber: *“Então, depois de ouvir estas músicas, vocês devem montar um poema, pode ser em duplas. Vamos montar um poema sobre a terra, sobre o país, sobre o Brasil, eu não quero críticas, apenas a crítica construtiva. Eu não quero, por exemplo: ladrão, roubou, eu quero que vocês saiam pesquisando sobre os textos oferecidos e criem uma crítica construtiva entenderam, algo de vocês.”*

Nesta tarefa de produção textual, é possível observar que o texto enquanto manifestação concreta da linguagem está sujeito a um processo de

elaboração não muito criterioso, já que não se pode perceber com que eficácia e critérios serão avaliadas as produções daí resultantes.

Quando observamos o IA02, transcrição da aula 02, percebemos a tentativa do docente em trabalhar, através de um recurso adicional, um efeito discursivo através do gênero Cartaz. Conseqüentemente, após a abordagem de interpretação textual, o docente solicita uma classificação gramatical. Aqui parece que retornamos à questão de se buscar inserir a gramática no texto, pois, em todo o material analisado, não parece haver um consenso de que as atividades de leitura e produção textual seriam suficientes dentro do propósito maior das aulas de língua.

Neste sentido, na única atividade rigorosamente voltada para o exercício da leitura, observamos: “OBS: Neste momento o docente repassa aos alunos letra, áudio e interpretação da “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias.” e “Então, depois de ouvir estas músicas, vocês devem montar um poema, pode ser em duplas.” Nesta atividade, os recursos intertextuais e interdiscursivos, provenientes evidentemente de uma escolha pertinente do docente, não chegaram a ser objeto de investigação do saber partilhado no exercício. Possivelmente daí se pode depreender que a atividade de leitura, na concepção apresentada, não carece de uma interferência mais sistemática.

O texto tem a finalidade de desenvolver a capacidade comunicativa do aluno, aperfeiçoando sua capacidade de interagir através da fala e da escrita, para esta função é possível identificar, conforme as aulas transcritas evidenciam, que o docente muitas vezes deixa de dar continuidade a este processo de aprendizagem e muitas vezes trabalha-o de forma isolada, fazendo com que o aluno acabe realizando a atividade mecanicamente, sem pensar sobre o que verdadeiramente seria o objetivo da escrita.

Enfim, nossa pesquisa possibilita apontar que, em geral, as aulas de LP ainda deixam de motivar o desenvolvimento das competências de leitura e escrita, trabalhando o texto, quando muito, através da abordagem gramatical tradicional. Ainda assim, gostaríamos de registrar que percebemos nas aulas observadas segurança, objetividade, didática, boa comunicação, entre outros predicados fundamentais para a formação docente. Nossa abordagem, apesar do eventual tom severo em relação à crítica, possibilitou lançar luz a uma problemática conjuntural e

sistêmica. Acreditamos que seja papel fundamental do docente em formação saber fazer, de forma competente, a leitura do sistema de ensino em que irá se inserir. Por isso, concluímos que a mudança do quadro apresentado está muito além do exercício individual da crítica. Aprendemos neste trabalho a ver com deferência a habilidade com que o docente enfrenta o cotidiano escolar, e o papel do docente que observamos contribuiu fundamentalmente para enriquecer de complexidade o contexto observado.

ANEXO B – TCC 02 (Introdução e Análise e discussão dos resultados)

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve uma significativa ascensão da área de Fonética no âmbito forense, isto é, a Fonética Forense, assim denominada, está alcançando um espaço notório e promissor tanto no campo científico como no criminal, principalmente no Brasil, já que em outros países, como Reino Unido, Austrália e Estados Unidos, a área já é conhecida e utilizada há décadas, no âmbito criminal quanto no científico.

As ciências forenses tornam-se indispensáveis na resolução da maioria dos crimes e suas áreas de conhecimentos são vastas e peculiares. Dentre elas, no Brasil, a Fonética Forense vem obtendo evidência por parte de linguistas e criminalistas.

A Fonética Forense constitui-se como uma área multidisciplinar que abrange conhecimentos de diversas áreas e profissionais com especialidades distintas. De acordo com Bonastre et al. (2003), a Fonética Forense estuda os sons da língua através de uma abordagem linguística de reconhecimento, ou seja, as análises são feitas para verificação de locutor, isto é, através desta verificação é possível determinar se duas falas foram produzidas pelo mesmo interlocutor. Geralmente uma das falas analisada pertence a uma gravação telefônica ou gravação ambiental, que é obtida por meio de dispositivos digitais como: celulares, gravadores digitais, tablets, computadores portáteis, etc. Estas gravações podem ser apresentadas como provas em um inquérito policial. Já a outra fala é coletada mediante entrevista com o suspeito. É importante salientar que a ligação telefônica é interceptada por policiais por intermédio de autorização judicial, uma vez que quebra o direito constitucional à privacidade, já a gravação de ambiente pode ser feita através de qualquer dos dispositivos mencionados, inclusive havendo a possibilidade de um interlocutor gravar sua conversa ao telefone, com ciência, como nos casos de serviços de atendimento, ou sem a ciência de um, quando o outro utiliza um gravador e grava a conversa de ambos. Porém, na interceptação telefônica ninguém tem ciência, desta forma ocorre quebra de privacidade.

O trabalho do perito criminal, por conseguinte, é determinar o grau de semelhanças ou diferenças entre as duas falas. Portanto, para realizar essa comparação, o perito utiliza conhecimentos linguísticos/sociolinguísticos, entre outros.

A aplicabilidade da Fonética Forense em uma investigação criminal é de extrema relevância tanto para a resolução e esclarecimento de um crime no domínio judicial como no âmbito social, uma vez que a área auxilia, por intermediário do reconhecimento de sons da linguagem, a determinar a culpabilidade ou inocência de um réu em um inquérito criminal.

Este trabalho preocupa-se em apresentar as contribuições da Fonética Forense no contexto criminal, bem como promover um panorama geral da área na região Sul do Brasil, ou seja, no estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tal como em dois estados do Sudeste do Brasil. São eles: Minas Gerais e São Paulo, assim como na capital federal – Brasília. O propósito desta pesquisa, logo, é apresentar uma visão geral da Fonética Forense, assim como descrever a atuação dos profissionais envolvidos e do mesmo modo apresentar o estado da arte em técnicas forenses. À vista disso, consideramos pertinente investigarmos a realidade atual e o desenvolvimento da área na região Sul e em dois importantes estados do Sudeste do Brasil, como também no Distrito Federal, ou seja, por meio de uma perspectiva geral, apresentar a Fonética Forense, já que ainda é pouco conhecida em nosso país.

No Brasil a área demonstra carência no que tange a trabalhos científicos e pouca visibilidade por parte da população. Logo, o intuito desta pesquisa é evidenciar a Fonética Forense, bem como sua relevância e suas técnicas em uma investigação criminal, ou seja, mostrar seu significativo crescimento e sua notória relevância para as ciências forenses.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Esta pesquisa tem por objetivo verificar as contribuições da Fonética Forense no que se refere ao âmbito criminal.

Objetivos específicos:

Verificar e descrever a atuação e formação dos peritos criminais da área;

Identificar o estado da arte em técnicas de Fonética Forense em casos criminais na região Sul, ou seja, no estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como em dois estados do Sudeste do Brasil, isto é, Minas Gerais e São Paulo, além da Capital Federal do Brasil;

Realizar um estudo comparativo entre as técnicas de Fonética Forense utilizadas na perícia criminal tanto no âmbito estadual como no federal.

2 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção é destinada à apresentação e à análise dos dados coletados por meio de entrevistas realizadas com peritos criminais federais e estaduais dos seguintes estados: Brasília - DF, Minas Gerais - MG, Paraná - PR, Rio Grande do Sul - RS, Santa Catarina - SC e São Paulo - SP. Esta pesquisa objetivou verificar as contribuições da Fonética Forense no âmbito criminal, tal como verificar e descrever a atuação e a formação dos peritos criminais envolvidos nesta área forense. Semelhantemente, este trabalho se propôs a realizar um estudo comparativo entre as técnicas de Fonética Forense utilizadas no âmbito estadual e federal de alguns estados do Brasil.

Espera-se, por meio dos resultados obtidos nesta pesquisa, traçar um panorama geral do estado da arte das técnicas usadas pelos peritos criminais no que se refere ao exame pericial de análise e comparação de voz.

A seguir serão apresentados os dados coletados e analisados, mediante a coleta de informações por meio de entrevistas escritas realizadas com peritos criminais.

2.1 Formações dos Peritos Criminais

A Fonética Forense por ser uma área multidisciplinar agrega profissionais das mais diversas especialidades e formações. Isto também se

comprova por meio de resultados encontrados em nossa pesquisa ao entrevistarmos doze (12) peritos criminais estaduais e federais. Constatamos nestas entrevistas que os Cursos de Nível Superior de Bacharelado em Fonoaudiologia e em Engenharia Elétrica são os que mais se evidenciam na área da Fonética Forense. Logo atrás, aparecem os cursos de Bacharelado em Física e Letras.

Na análise averiguamos que, dos doze (12) Peritos Criminais, seis (6) Peritos Criminais Estaduais têm formação de nível superior em Fonoaudiologia. São eles: A, B, D, E, F e G. Este, portanto, é o curso mais recorrente nas perícias criminais da área de Fonética Forense no que diz respeito ao corpus da nossa pesquisa. Verificamos também que cinco (5) deles são formados em Engenharia Elétrica, sendo três (3) Peritos Federais (J, K e L) e dois (2) Peritos Criminais Estaduais (C e H). Constatamos que a formação superior dos Peritos Criminais em Fonoaudiologia se destaca nos estados do Sul do Brasil, ou seja, há um predomínio desta área na formação dos peritos criminais estaduais dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Além disso, apenas o perito I, do estado de São Paulo, possui Bacharelado em Física e em Letras.

Em relação à formação superior dos Peritos Criminais Federais, notamos que todos possuem graduação em Engenharia Elétrica, como foi demonstrado acima. É importante salientar que nas atribuições dos cargos para perito criminal na Polícia Federal não há requisito para formação em Fonoaudiologia e em Letras, por exemplo. Assim, devido a essa restrição, os peritos criminais federais que realizam a perícia em Comparação de Locutores são graduados prioritariamente em Engenharia Elétrica.

Os peritos criminais estaduais, por sua vez, têm maior flexibilidade em relação à formação superior, no caso das perícias que envolvem a análise de voz. As formações podem ser, portanto, como pudemos constatar nos resultados da pesquisa, em Fonoaudiologia, Letras e Física.

Constatamos também que, dentre os doze (12) peritos criminais, três (3) possuem Doutorado (A, D e J), três (3) são Doutorandos (E, H e J), sendo um (1) destes peritos Doutorando (J) pela segunda vez, nove (9) possuem Mestrado (A, C, D, E, F, H, I, J e L) e duas peritas criminais (B e G) possuem apenas especialização. Entre os doze (12) peritos criminais entrevistados nesta pesquisa, dez (10) concluíram curso específico de Fonética Forense promovido pelo Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal - DPF.

Os cursos específicos oferecidos pelo Departamento de Polícia Federal são os seguintes: Curso de Capacitação Nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense/SENASP; Curso Básico de Perícias em Registros de Áudio - Academia Nacional de Polícia ANP/DPF no Instituto Nacional de Criminalística e Curso Básico

de Comparação de Locutores. Dentre os cursos que listaremos a seguir, os nove (9) foram cursados pela perita criminal G, do estado de Santa Catarina/SC. São eles: Prática em Análise Vocal Acústica – In Voz; Introdução às Perícias em Registros de Áudio / Capacitação Nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense – Instituto Nacional de Criminalística - SENASP/MJ/DPF; Perícia de Identificação de Voz – ACAPE/IGP-SC; Verificação de Edição em Registros de Áudio/ Capacitação Nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense – Instituto Nacional de Criminalística - SENASP/MJ/DPF; Formação para Realização de Perícias em Registros de Áudio (ênfase em Verificação de Locutor) – ACAPE/IGP-SC; Tópicos Avançados para a Perícia de Verificação de Locutor – ACAPE/IGP-SC; I Curso Básico de Comparação de Locutores – Instituto Nacional de Criminalística - SENASP/MJ/DPF; I Curso Avançado de Comparação de Locutores – Instituto Nacional de Criminalística - SENASP/MJ/DPF; Verificação de Edição em Registros de Áudio – Instituto Nacional de Criminalística - SENASP/MJ/DPF. É importante enfatizar que o tempo de atuação desta informante como perita criminal em Fonética Forense é de sete (7) anos.

Outro ponto que nos chamou a atenção na formação de outra perita criminal (informante D) do estado do RS é o tempo de formação nos cursos de Fonética Forense promovidos pelo Departamento de Polícia Federal. Esta perita criminal participou por sete (7) anos consecutivos dos cursos, tendo como tempo total onze (11) anos de atuação como perita criminal.

Por outro lado, o perito criminal I, além de ter concluído o curso de Fonética Forense promovido pela SENASP/DPF, tem formação nos seguintes cursos internacionais: Forensic Speech (Forensic Speaker Comparison) and Audio Analysis course by York University (UK). Ou seja, em Comparação de Locutores e em Análise de Áudio pela Universidade de York no Reino Unido. Além do mais este informante possui dezessete (17) anos de atuação trabalhando como perito criminal em Fonética Forense no estado de São Paulo.

Por meio destas informações, pudemos verificar a preparação dos peritos criminais envolvidos na perícia de Fonética Forense, isto é, no exame de Comparação de Locutores. Ademais, a maioria dos peritos entrevistados, além da formação superior, possui cursos na área de Fonética Forense, com exceção de apenas duas peritas criminais (A e B) que relataram não terem curso específico na área.

Notamos, portanto, por meio das entrevistas, que as formações de nível superior e pós-graduações são diversificadas, porém as de nível superior se concentram mais nas graduações de Fonoaudiologia e Engenharia Elétrica. Além disto, as diferentes formações corroboram a multidisciplinaridade da área, destacando-a como uma área forense que estabelece relações pluridisciplinares com outras áreas. Contudo, evidencia-se a presença mais marcante da graduação de Engenharia Elétrica na formação dos peritos federais e a de Fonoaudiologia na formação dos peritos criminais estaduais.

2.2 Estado da Arte das Técnicas de Fonética Forense

A Fonética Forense, assim como outras áreas periciais, possui técnicas minuciosas e específicas no que se refere à análise pericial no contexto criminal. Compreendemos neste caso a complexidade das análises bem como sua plena relevância na solução de crimes que envolvam a voz como prova cabal para a condenação ou absolvição de um réu em um processo criminal. À vista disso, buscamos verificar e comparar as técnicas utilizadas pela perícia federal e estadual no exame de Comparação de Locutores.

Na análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados com os informantes, pudemos observar que as técnicas utilizadas no exame pericial de comparação de voz convergem entre si. Isto é, tanto na perícia federal quanto na perícia estadual são usadas a análise combinada clássica, assim denominada pelo perito H como sendo uma análise “combinada com uma abordagem estatístico/automática provida por um sistema biométrico forense”. De acordo com os peritos, as técnicas são de análises perceptivo-auditiva e acústica ou acústico instrumental, assim denominada por outros peritos. Ou seja, segundo o perito federal J, “são técnicas tradicionais que analisam elementos de alto nível da fala, como fenômenos articulatórios e sociolinguísticos, auxiliados pela Fonética Acústica.” Logo, o exame de Comparação de Locutores é realizado por meio de técnicas de

audição e perceptivas, utilizando conhecimentos linguísticos e sociolinguísticos, isto é, é fundamental utilizar estes conhecimentos para detectar o vernáculo,² o dialeto e idioleto presentes na fala do locutor. Portanto, o perito necessita de habilidade que possibilite uma percepção auditiva minuciosa e detalhada para que elenque traços distintivos do vernáculo do falante.

Observamos também que os instrumentos utilizados, ou seja, as ferramentas adotadas para a realização do exame de Comparação de Locutores são os mesmos e não divergem entre os estados ou até mesmo entre as perícias estaduais ou federais. Os softwares e equipamentos utilizados são os seguintes: Praat (utilizado para análises acústicas, ou seja, usado na realização dos exames de Fonética Acústica); Adobe Audition (utilizado para captação, análise, edição e manipulação dos arquivos em áudio); microfone de alta captação, fones de ouvido, computador dotado de leitor de mídias e com boa capacidade de processamento e reprodução e áudio (placas de áudio de boa qualidade). Pudemos observar que todos os equipamentos são ferramentas específicas e apropriadas para a realização do exame pericial de análise de voz; cada ferramenta possui uma função própria.

Também de acordo com a perita C, do estado do Paraná, no exame é utilizado “Instrumental: estação de trabalho com processador i7, fones de ouvido Roland RH200, interface de áudio Edirol UA-25.” Além disso, segundo o perito de Minas Gerais (informante I), nas perícias no seu estado, são adotados os seguintes instrumentos para a realização do exame de Comparação de Locutores “microfone de alta captação (SHURE 58M), placa de som EDIROL, fones de ouvido e computador, computador com software de cálculo numérico (mas temos algumas rotinas em C++) e de processamento de áudio.”

Sabemos que o exame de Comparação de Locutores - CL exige análises perceptivo-auditivas, ou seja, requer percepção auditiva detalhada e cuidadosa, portanto as ferramentas utilizadas no exame precisam ser de alta qualidade para captação de voz, armazenamento e execução do áudio, para que a análise ocorra de forma precisa e eficiente.

Segundo o perito federal K, do estado do RS, “Quando o material questionado é recebido em meio analógico se faz necessária a reprodução em equipamento

²Segundo Tarallo (1990), o estilo espontâneo na fala de um indivíduo é caracterizado como vernáculo, ou seja, a forma como utilizamos a língua falada nas mais diferentes situações diárias de forma espontânea, nos mais diversos lugares e nas mais diversas circunstâncias do dia a dia.

apropriado e a digitalização com uso do equipamento profissional Roland Edirol.” Em vista disto, pudemos perceber que o uso de ferramentas adequadas é essencial para o sucesso de uma análise pericial. Por meio de Softwares apropriados são feitas as perícias tanto no contexto estadual quanto no contexto federal.

Além do mais, constatamos por meio da análise dos dados extraídos, que os instrumentos e as técnicas adotadas pelos peritos estaduais e federais estão em consonância e interagem entre si, diante da realização dos exames periciais de análise de voz. Apesar de haver algumas diferenças em alguns equipamentos como microfones e softwares, no que tange a marcas, pudemos comprovar que os instrumentos são semelhantes e parece não existir notáveis diferenças entre eles.

Na análise dos dados coletados, observamos que a realização do exame de Comparação de Locutores é um procedimento padrão em todos os estados, tanto em relação às perícias no âmbito estadual quanto nas perícias federais, assim como apresentado na revisão bibliográfica deste trabalho. De acordo com os peritos, mediante a amostra linguística questionada, é realizada uma coleta a fim de obter amostra padrão linguística da voz do indivíduo que em geral se suspeita ser o autor de um crime. Então, após essa coleta, há uma comparação dos elementos de voz, com o propósito de detectar convergências e divergências.

Assim sendo, segundo o perito criminal estadual G, do estado de Minas Gerais: “A coleta é realizada com procedimento/protocolo padronizado buscando avocar o vernáculo do falante. Com o padrão de voz e a voz questionada é realizada a separação dos trechos de voz em um gabarito, que indica os trechos temporais de cada falante (questionado, padrão e os demais que podem estar no áudio)”. Ou seja, esse gabarito do áudio e um arquivo indicam os intervalos de tempo do áudio em que cada falante/locutor está falando.

Também de acordo com a perita estadual B, do estado do Paraná, a realização do exame ocorre por meio de escuta sistemática dos registros de fala. São levantados, portanto, os perfis de voz e fala do locutor, logo os dados são examinados por meio de análise perceptivo-auditiva. Ainda de acordo com a perita, se alia também “às análises e quantificações, os parâmetros físicos do sinal de fala,

por meio de softwares adequados (análise acústico-instrumental)”, isto é, estes dados são analisados por meio da Fonética Acústica.³

Diante da análise dos dados da pesquisa, pudemos corroborar que para a caracterização e individualização geral do perfil do falante são realizados procedimentos auditivos e acústicos a fim de comparar as características dialetais e idioletais, ou seja, de acordo com o perito federal J, do RS, “as realizações articulatórias e de parâmetros fonético-acústicos dos registros de voz questionados e padrões dos falantes investigados.”

Assim, conforme o perito criminal H, de SP, os procedimentos ocorrem para “detecção de idiosincrasias, hábitos de fala e de grandezas psicoacústicas do locutor cedente.” Ainda de acordo com o informante, “essas grandezas acústicas são medidas e, em seguida, o áudio é submetido a uma análise estatística por meio de um software biométrico forense.” Portanto, fica evidente que o exame é realizado para confrontar as características presentes no áudio do falante questionado.

O perito criminal F, de SC, acrescenta que as características observadas durante a coleta e análise dos dados “são fonoarticulatórias e acústicas pertencentes ao locutor.”, isto é, as características coletadas do áudio questionado. Logo estas características são comparadas com as características retiradas do áudio gravado pelos peritos para obtenção de padrão de voz do suspeito. Portanto, essas características fonoarticulatórias e acústicas do locutor padrão são comparadas e analisadas para que se comprove a autoria do suspeito.

A perita criminal G, também de SC, acrescenta também que “em ambas as análises são considerados os parâmetros técnico-comparativos relacionados à anatomofisiologia do aparelho fonador, à condição neurocognitiva e linguística do falante, entre outros.” A perita vai além e descreve a análise perceptivo-auditiva dizendo que ela “considera aspectos de caracterização geral do indivíduo, parâmetros vocais específicos e o comportamento linguístico manifestado.” Isto é, segundo a perita, são considerados os seguintes fatores: “sexo; fase do ciclo de vida; estado de saúde dos órgãos fonoarticulatórios; provável condição sociocultural e intelectual; características referentes à qualidade vocal e ajustes musculares

³De acordo com Braid (2003), a Fonética Acústica trata dos aspectos dos sons da fala do ponto de vista da Física, ou seja, leva em consideração não apenas a estrutura física do fenômeno do som, mas também a sua percepção pelo ser humano. Por meio da Fonética Acústica é possível realizar

uma análise visual detalhada e estática dos sons da fala, por meio de gráficos que representam seus fenômenos, distribuindo-os ao longo do tempo ou por valores de frequência.

utilizados para fonação; presença de hábitos vocais típicos; forma de articulação; ocorrência de distorções fonéticas e/ou desvios fonológicos; alterações de velocidade ou fluência da fala; padrão entonacional empregado; coordenação pneumofonoarticulatória; idioleto; e elementos dialetais.”

Outro detalhe importante que é recorrente entre as perícias criminais são os resultados apresentados em forma de escalas verbais qualitativas no laudo pericial. Estas escalas, de acordo com os peritos criminais estaduais e federais, são propostas por Eriksson⁴ e pelo Netherlands Forensic Institute (NFI)⁵. Ou seja, estas escalas representam a conclusão da autoria ou não de um suspeito no laudo. Isto é, de acordo com o perito federal K, “a conclusão dos exames realizados sobre as evidências disponíveis ao final do laudo na forma de uma assertiva que corresponderá ao nível mais representativo da escala qualitativa.” Ainda segundo os peritos federais J e K, a escala verbal pode “variar de -4 a +4, conforme a quantidade de achados concordantes (convergentes) ou divergentes, sendo + 4 quando mais elementos corroboram a autoria e – 4 quando os achados corroboram a não autoria.”

Abaixo seguem os dados apresentados pelos peritos. As escalas utilizadas são compostas por nove (9) níveis que auxiliam no exame dando suporte/contraposição à hipótese de que as amostras de falas analisadas (padrão e questionada) foram proferidas pelo mesmo locutor.

- +4: o resultado suporta muito fortemente a hipótese (de mesma origem);
- +3: o resultado suporta fortemente a hipótese;
- +2: o resultado suporta moderadamente a hipótese;
- +1: o resultado suporta levemente a hipótese;
- 0: o resultado nem suporta nem se contrapõe à hipótese;
- 1: o resultado contrapõe-se levemente à hipótese;
- 2: o resultado contrapõe-se moderadamente à hipótese;

⁴ Dados apresentados pelo perito federal K, do estado do RS. ERIKSSON, Anders. Aural/Acoustic vs. Automatic Methods in Forensics Phonetic Case Work. In: NEUSTEIN, A. & PATIL, H. A. (Org.). Forensic Speaker Recognition: Law Enforcement and Counterterrorism. New York, NY, Springer-Verlag, 41-69. ISBN: 978-1-4614-0262-6.

⁵ Dados apresentados pelo perito federal K. ALI, T. and VELDHUIS, R.N.J. and SPREEUWERS, L.J. (2010) Forensic Face Recognition: A Survey. Technical Report TR-CTIT-10-40, Centre for Telematics and Information Technology

- 3: o resultado contrapõe-se fortemente à hipótese;
- 4: o resultado contrapõe-se muito fortemente à hipótese.

O perito criminal E, do estado do RS, que é perito criminal há treze (13) anos, corrobora dizendo que esta escala é usada para comparação dos dados. Ou seja, os dados são verificados da seguinte forma: “Os achados, acústicos e perceptuais, são listados como convergências ou divergências entre as falas comparadas. Da relação de particularidade e tipicidade dos achados se infere a conclusão sobre a proximidade das amostras cotejadas. Os resultados são expressos em escala que varia de -4 a +4, sendo que o módulo do valor indica o nosso grau de segurança sobre a conclusão e o sinal indica a confirmação (+) ou negação (-) da hipótese de semelhança. Assim, o zero indica que não temos elementos conclusivos e o 4 indica o maior grau de segurança sobre o resultado e o sinal indica a semelhança, se positivo, ou a diferença, se negativo.”

Constamos, portanto, através dos dados extraídos das entrevistas e pela análise apresentada nesta seção que há semelhanças e padrões no que tange à realização do exame de Comparação de Locutores. Ou seja, a metodologia empregada por todos os peritos obedece a um padrão geral e específico utilizado em ambas as perícias já que também foi relatada por peritos estaduais a utilização de escalas, ou seja, no âmbito federal e estadual são aplicados padrões de análises e comparação no que tange ao exame de CL.

2.3 Dificuldades encontradas na realização do exame de Comparação de Locutores

No que tange às dificuldades encontradas na realização do exame de CL, podemos verificar que a maioria dos peritos relatou os mesmos problemas. Para o perito H, de MG, a coleta de material, assim como a sua separação, é trabalhosa. A quantidade do material, ou seja, o tempo de duração do mesmo prejudica muito a perícia de Comparação de Locutores, pois muitas vezes não há muitos dados para análise. Outro fator que atrapalha o trabalho dos peritos são os áudios degradados, As amostras que serão analisadas possuem, muitas vezes, qualidade muito baixa, têm ruídos e cortes de frequência, isto pode prejudicar e retardar o exame pericial.

Também, de acordo com o perito criminal F, de SC, estes fatores "prejudicam o levantamento de características relevantes para as comparações."

Outro elemento que preocupa os informantes da pesquisa é a carência de peritos criminais que realizem este exame. Essa deficiência de profissionais da área atinge diretamente a realização e conclusão dos laudos periciais dos exames de Comparação de Locutores. Outro fator que preocupa os peritos é o desconhecimento da complexidade do exame. Ou seja, de acordo com a perita estadual catarinense F, uma das dificuldades é em relação aos solicitantes do exame, pois eles têm "desconhecimento acerca da complexidade do exame, das etapas envolvidas e conseqüentemente o tempo necessário para execução."

Uma das dificuldades consideradas também pelos peritos federais é em relação à coleta de material padrão, que segundo eles "muitas vezes são realizadas em locais não apropriados como presídios e prédios da justiça." Estes locais, de acordo com o perito federal K, precisam estar preparados para a instalação adequada dos equipamentos utilizados nos exames, o que na maioria das vezes não ocorre. Desta forma, apresentam barulho externo e interno (como ar condicionado, reatores de lâmpadas, etc). Assim, a gravação da coleta de voz padrão pode ser comprometida, o que acaba dificultando a análise, assim como o resultado do laudo. O perito federal K, acrescenta ainda que "detalhes como cadeiras ruidosas podem ser problemáticos ao introduzir ruídos que podem aparecer justamente em falas de interesse para os exames." Outro fator relatado também pelo perito federal L, de SC, é em relação às diferentes situações de uso da fala, ou seja, dependendo da situação interacional na qual a pessoa estava falando no áudio questionado. Isto é, de forma mais espontânea, podendo estar nervosa, sonolenta ou até mesmo mais eufórica. Isto, porém, pode diferenciar significativamente, já que no áudio padrão, geralmente por ser uma situação formal, a pessoa nem sempre fala com espontaneidade. O perito criminal estadual E acrescenta que o "caráter variável da fala de um mesmo indivíduo" também pode afetar durante a análise dos dados. Conforme Nolan (2001), a fala de um mesmo indivíduo pode variar mediante as mais inúmeras situações diárias, ou seja, é variável e instável, muda mediante os vários fatores, sejam eles externos ou internos. Além é claro da tentativa de disfarce pelo fornecedor durante a coleta material padrão que pode ser problemática durante a análise e no exame de CL.

Logo, apuramos que os peritos criminais estaduais e federais enfrentam muitas dificuldades na realização do exame pericial. Uma das principais dificuldades

é a carência de peritos criminais que realizem a perícia. O déficit de profissionais afeta diretamente à execução do exame de Comparação de Locutores, prejudicando desde a coleta do áudio padrão de voz até a análise e a conclusão do laudo pericial. Em síntese, sabemos que, assim como todos os exames periciais, o exame de Comparação de Locutores requer competência e especialidades no que se refere às práticas de análise e comparação de voz. Assim, muitos destes desafios enfrentados e apresentados pelos peritos podem prejudicar as análises, assim como os resultados das comparações.

2.4 Estimativa de tempo gasto na Comparação de Locutores

Em relação ao tempo médio gasto em cada análise, os peritos relataram em unanimidade que varia de acordo com a qualidade e quantidade do material. Ou seja, o tempo dependerá também das particularidades dos casos, assim como a demanda de urgências ou não dos mesmos. O tempo gasto nos exames varia entre no mínimo trinta (30) dias e noventa (90) dias. Os peritos ressaltaram que tudo decorre das demandas. Conforme o perito criminal F: “O tempo de cada exame, que inclui desde a análise de adequabilidade do material recebido; o levantamento de características a partir do material sonoro questionado; a realização da coleta de material sonoro padrão de voz e fala; o levantamento das características do material sonoro padrão; e os confrontos entre os achados têm duração de 15 a 30 dias.” Isto é, o tempo alterna de acordo com a complexidade, as demandas de urgência. É um exame que exige um processo minucioso e detalhado em cada etapa, portanto requer um tempo de dedicação para as análises.

Ademais, além dos peritos criminais estaduais trabalharem no Setor de Perícias em Áudio e Imagem (nomenclatura atual para o Setor de Fonética Forense), alguns também realizam atividades em outros setores como no caso do perito F. Segundo ele, essa outra atividade desempenhada em outros setores pode interferir “diretamente no tempo de execução da perícia de Comparação de Locutores (CL). Dessa forma, o tempo médio gasto para cada exame de CL é de, aproximadamente, 30 dias.”

Para o perito criminal I, perito há dezessete anos no estado de São Paulo, o prazo mínimo é de um (1) mês e máximo de dois/três (2/3) meses, quando o áudio envolve dez (10), vinte (20) ou mais réus. Porém, de acordo com o profissional, há laudos que ele realiza em dois dias.

Já para os peritos federais o tempo varia também entre um (1) e três (3) meses, quando o exame envolve (1) ou dois (2) locutores em um áudio. De acordo também com os peritos, o tempo de execução do exame varia similarmente de acordo com a quantidade e qualidade do material disponível. Segundo o perito federal J, de Brasília, “a referência é um mês por voz, mas depende muito da quantidade de locutores, das suas idiossincrasias e da qualidade e quantidade do material.”

Outro fator interessante de ressaltar é a colocação do perito federal K, do RS, em relação às demandas, bem como ao perfil solicitante do exame: “O exame de Comparação de Locutores, no âmbito da Polícia Federal, é realizado normalmente por demandas da defesa no processo criminal. Algumas vezes tem um caráter protelatório em função de uma histórica demora tanto no atendimento quanto na realização do exame.” Isto é, os solicitantes do exame, em geral, são os acusados em um inquérito que efetuam a solicitação para que o processo criminal seja procrastinado, já que o exame costuma demorar devido à sua complexidade e também à carência de peritos que atuam na área. Ainda de acordo com o perito, “o combate a isso está sendo feito com treinamento de mais peritos na área para que o tempo de atendimento se reduza, fazendo com que os advogados de defesa não mais solicitem o exame. Há que se considerar que existem outras formas de atribuir a uma pessoa a fala, como o número do telefone interceptado, as alcunhas utilizadas pelos interlocutores além de citação de assuntos pessoais durante os diálogos.”

Em vista disto, constatamos, por intermédio dos dados apresentados nesta seção, que o tempo de realização e conclusão do exame de Comparação de Locutores varia de acordo com a disponibilidade dos peritos, assim como a demanda de urgência de cada caso e a qualidade do material a ser analisado. A carência de peritos que realizem o exame é um fator que prejudica e pode retardar o tempo de realização das coletas de voz padrão do exame de CL.

2.5 Fonética Acústica na Comparação de Locutores

A Fonética Acústica é empregada também no exame de Comparação de Locutores, por ser considerado que a base do exame também está em modelos acústicos da produção da fala. Em outras palavras, a Fonética Acústica é utilizada para autenticar a avaliação perceptivo-auditiva. Desta maneira, a Fonética Acústica é um elemento auxiliar e complementar que visa amparar os achados perceptivos.

A Fonética Acústica nada mais é que a análise acústica, ou seja, conforme a perita criminal B, “análise dos oscilogramas e dos traçados dos componentes espectrais até dos parâmetros ligados à produção vocal, tais como frequência fundamental, formantes, harmônicos, etc.” O perito estadual I, de SP, corrobora a informação anterior afirmando que “o uso de uma só metodologia (análise puramente auditiva, por exemplo) não tem validade nenhuma quando nos deparamos com um fenômeno multidimensional como a voz humana.” Portanto, a Fonética Acústica torna-se essencial e imprescindível nas análises de Comparação de Locutores, pois corrobora e autentica as análises perceptivo-auditivas.

O perito criminal estadual E, do RS, corrobora que a Fonética Acústica é uma ferramenta básica de análise, porém são necessários conhecimentos diversos, dentro da Linguística e fora dela para que se possa realizar o exame acústico. Os conhecimentos conforme o perito criminal são os seguintes: “processamento de sinais, alguma programação básica, equipamentos, etc.”

Além disso, a perita estadual G, de SC, complementa que “A análise acústica, por sua vez, emprega ferramentas computacionais disponibilizadas em softwares específicos. Por meio dela, analisa-se quantitativamente e qualitativamente o material cotejado (trechos de confronto), objetivando-se fortalecer ou refutar os achados perceptuais.”

A informante vai além e dá detalhes sobre o exame pericial: “Durante a execução dos exames são extraídas medidas físicas que documentam a condição e o comportamento de fatores segmentais e suprasegmentais, resultantes de configurações específicas do aparelho fonador. Para tanto, os Peritos podem valer-se de oscilogramas, espectrogramas, curvas de formantes ou de variação da f_0 (frequência fundamental), FFT (*Fast Fourier Transform* ou Transformada Rápida de Fourier), LPC (*Linear Predictive Code* ou Código de Predição Linear), LTAS (*Long-Term Average Spectrum* ou Espectro Médio de Longo Termo), entre outros. Os exames acústicos podem considerar frases, palavras, unidades silábicas ou segmentos isolados, com o cuidado de que as amostras cotejadas estejam inseridas

em contextos linguísticos análogos.” Ainda de acordo com a perita criminal, a interpretação conjunta dessas análises oportuniza aos peritos a formação da convicção para o fechamento dos exames, assim como os conduz à conclusão do laudo pericial.

Semelhantemente, ocorre com os peritos federais a utilização da Fonética Acústica como suporte na realização do exame de Comparação de Locutores. Conforme o perito federal J, de Brasília, a Fonética Acústica é utilizada para uma melhor identificação e caracterização de características de alto nível de fala que servem justamente para caracterizar e individualizar os falantes. Segundo o perito criminal E, o alto nível de fala se refere neste sentido ao nível cognitivo do falante, ou seja, os conhecimentos cognitivos que são mobilizados durante o processo da fala, assim, quanto maior o nível de fala, maior será a cognição envolvida.

O perito federal K, do RS, acrescenta dizendo que “A fonética acústica é usada em conjunto com a fonética articulatória e com a análise das características dialetais e idioletais. O resultado conjunto de todas as análises é que vai ser utilizada para a ponderação da conclusão final do Perito.”

Portanto, analisando estas informações, pudemos verificar que, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal, se utiliza a Fonética Acústica na análise de comparação de voz. Torna-se evidente, por meio da análise desses dados, observar a importância da Fonética Acústica na relação conjunta com a Fonética Forense no exame de Comparação de Locutores, já que ambas complementam-se e interligam-se no que tange aos exames periciais de análise de locutor.

2.6A Importância da Fonética Forense no contexto criminal

Os peritos consideram que o exame de Comparação de Locutores é essencial para a atribuição de autoria a crimes em casos em que geralmente só se tem a voz como prova. Ou seja, a culpabilidade ou inocência de um réu é provada mediante o exame de CL. Para a perita criminal C, do Paraná, o exame tem a “capacidade de vincular um criminoso a um delito, e, ainda mais importante, de desassociar um inocente da autoria de um crime.” Em outras palavras, este exame, assim como outros exames periciais, tem um papel fundamental para determinar a culpabilidade ou inocência de um suspeito mediante evidências forenses. Neste caso, as evidências a serem consideradas são as características e particularidades da voz do suspeito em questão. Assim, evidencia-se a essencial relevância e contribuição do exame de Comparação de Locutores às ciências forenses.

Ainda o perito H, de MG, ressalta que “Muitos que são presos no tráfico de drogas são vistos pela polícia a primeira vez no dia da prisão e são associados única e exclusivamente pela alcunha/nome, voz e indicação de informantes.” O perito vai além e diz que “Já tivemos casos de indivíduos presos e associados em que o exame de identificação de locutor deu divergência desassociando o indivíduo dos trechos de áudio que o incriminariam”. Desta forma, o exame auxilia na comprovação da inocência de um indivíduo acusado de um crime que não cometeu. Isto é de extrema importância no que tange à absolvição de um inocente em um processo criminal.

Além disso, o perito criminal F, de SC, avalia que o trabalho tem “fundamental importância para fomentar decisões, auxiliando principalmente a justiça e, como consequência, trazendo benefícios à sociedade.”

Para o perito federal K, do RS, “o exame de Comparação de Locutores é o que demanda maior treinamento específico e o que demanda mais tempo para a realização. Considerando que a voz é uma prova amplamente utilizada por causa das escutas telefônicas, pode-se afirmar que é grande a importância do exame de Comparação de Locutores.” Isto é, sabemos que hoje em dia as gravações telefônicas são usadas constantemente como provas cabais em inquéritos criminais.

Estas evidências, portanto, são utilizadas como prova contundente por meio do exame de Comparação de Locutores.

Ademais, o perito federal L, de SC, corrobora afirmando que “Geralmente há um conjunto substancial de provas capazes de incriminar o réu, ficando a dúvida de, se as vozes foram produzidas, ou não, por um indivíduo. O exame de Comparação de Locutores tende a dirimir a dúvida e permitir que o magistrado tenha convicção para sentenciar.” O perito criminal E, do estado do RS, acrescenta também que “para o andamento do processo criminal, é extremamente importante nos casos em que houver evidências que exijam a CL, a ponto de determinar a decisão final do processo, uma vez que, quando o exame for conclusivo com grau de certeza alto, determina a autoria.”

Por intermédio das informações obtidas no questionário, pudemos analisar e constatar que o exame de análise de Comparação de Locutores é primordial e tem caráter imprescindível para a solução de crimes. Isto se confirma nos depoimentos dos peritos estaduais e federais. Todos os profissionais são conscientes quanto à importância da área de Fonética Forense e principalmente do exame realizado de Comparação de Locutores no se que refere ao âmbito criminal. Além de haver semelhanças nas respostas, todos os peritos concordam que a área traz importantes e inevitáveis contribuições para a perícia criminal.

2.7 Notoriedade da área diante do público leigo e especialista

A Fonética Forense é uma área em crescente ascensão. Apesar disso, sua notoriedade na sociedade ainda é desconhecida pela maioria das pessoas.

Os peritos criminais em Fonética Forense consideram a área específica e complexa para o público leigo. Porém, pontuam que para o público especialista a realidade é distante, pois, como afirma a perita criminal A, do Paraná, “muitos assistentes técnicos utilizam expressões equivocadas e não têm conhecimento dos ritos processuais. Isso desampara as áreas de conhecimento, desqualificam os pareceres produzidos e deixam de cumprir a finalidade de contrapor o laudo oficial.”

Já para a perita estadual C “não há um reconhecimento do público leigo por esse ser alheio a um exame tão específico. Aliás, muitas vezes tal público é alheio até mesmo à existência de exames periciais muito mais simples, ou, quando conhece, é uma percepção distorcida, apreendida de seriados de televisão.” Já em relação ao público especialista, ela acrescenta dizendo que há “um crescimento de interesse por parte de especialistas de áreas afins, provenientes do mundo acadêmico, os quais talvez não expressem reconhecimento por não ser o seu papel, mas que podem trazer grande contribuição para o desenvolvimento da área.”

Importante ressaltar a avaliação do perito I, de SP, no que tange ao reconhecimento da área. De acordo com ele, há um reconhecimento por parte do público leigo e dos especialistas. “Há, porém, vários mitos. O principal é que há ‘formações’ melhores do que outras para levar a termo o exame. Na verdade, não há graduação e nem pós no Brasil que prepare minimamente o profissional para um exame competente de Fonética Forense. Neste sentido, deveria haver cursos de Fonética Forense como há na Inglaterra, Holanda, Alemanha, Suécia e Estados Unidos, por exemplo. O ‘ouvido’ de um perito difere do ouvido do linguista ou de um profissional cujo objetivo é focar na saúde vocal, por exemplo. Assim, um treinamento com áudios tipicamente forenses é necessário, e a experiência, aptidão e dedicação acabam por selecionar os peritos adequados para o exame.” De acordo com o perito, a área de Fonética Forense tem suas peculiaridades que só se aprende na prática.

De acordo com todos os peritos criminais, a Fonética Forense é uma área específica e complexa, portanto o público leigo não tem ciência do que de fato é realizado no exame de Comparação de Locutores, já que em muitos exames periciais ainda mais simples, ou que tem mais evidência da mídia, por exemplo, as pessoas ainda têm uma percepção distorcida, apreendida de seriados de televisão. Além disso, de acordo com o perito federal J, o público tende a glamorizar a atuação dos peritos criminais, devido ao efeito da série americana *CSI*.

Conforme os peritos criminais de SC, o reconhecimento por parte do público especialista vem aumentando concomitantemente com estudos científicos que vêm sendo realizados no meio acadêmico, assim está havendo importantes contribuições para o reconhecimento da área. Para a perita G, “os especialistas,

sejam pesquisadores e/ou *experts* atuantes na área, provenientes tanto do meio acadêmico quanto dos órgãos periciais de diversos países, têm se esforçado sobremaneira para desenvolver cientificamente a área, já havendo importantes contribuições e reconhecimento no meio.”

O perito federal K afirma que o exame de Comparação de Locutores e o tempo gasto não são de conhecimento do público e normalmente se acredita que existem ferramentas de software que fazem de forma automatizada os exames. Ele pontua que isso vale também para os envolvidos na persecução penal como delegados, agentes, juízes, procuradores/promotores e advogados. Além disso, o perito acrescenta que em relação aos “especialistas ainda se carece de maior entrosamento entre academia e os Peritos Criminais e a percepção que há espaço para atuação profissional como assistentes técnicos de defesa. Há muito espaço para pesquisa sobre a aplicação da fonética em meio forense e no desenvolvimento de novas ferramentas de análise específicas para nosso idioma.”

Pudemos constatar por meios desses depoimentos que, tanto no âmbito estadual e federal, os peritos convergem em relação à falta de notoriedade da área tanto no que tange ao público leigo. Evidenciando-se que a área está em constante ascensão no Brasil, há um reconhecimento por parte de especialistas tanto no meio jurídico e criminal quanto no meio científico. A Fonética Forense por ser uma área peculiar e complexa não tem muita visibilidade por parte da população brasileira, porém por meio de pesquisas e divulgações científicas está ganhando notoriedade por parte da comunidade leiga.

ANEXO C – Termos de consentimento (digitalizados)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de graduação em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa, no Campus Bagé, RS. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Isabel Cristina Ferreira Teixeira, cujo objetivo é **analisar o letramento acadêmico em trabalhos de conclusão de curso**.

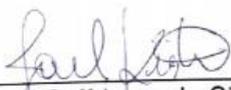
A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fones 53 9 9971 4010 ou 9 9955 5271) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAMPA.

Atenciosamente


 Jael Solíriman da Silva Küster
 Matrícula: 161150507

Bagé, 15 de Março de 2019
 Local e data

 Profª Isabel Cristina Ferreira Teixeira
 SIAPE: 1243256

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.


 Eder lupe

Bagé, 15 de Março de 2019.
 Local e data

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de graduação em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa, no Campus Bagé, RS. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Isabel Cristina Ferreira Teixeira, cujo objetivo é **analisar o letramento acadêmico em trabalhos de conclusão de curso**.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fones 53 9 9971 4010 ou 9 9955 5271) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAMPA.

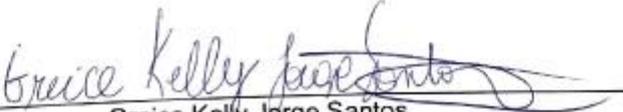
Atenciosamente


 Jael Soliriman da Silva Küster
 Matrícula: 161150507

Bagé, 15 de Março de 2019
 Local e data

Profª Isabel Cristina Ferreira Teixeira
 SIAPE: 1243256

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.


 Greice Kelly Jorge Santos

Bagé, 15 de Março de 2019
 Local e data